

REVISTA DE SEGUROS

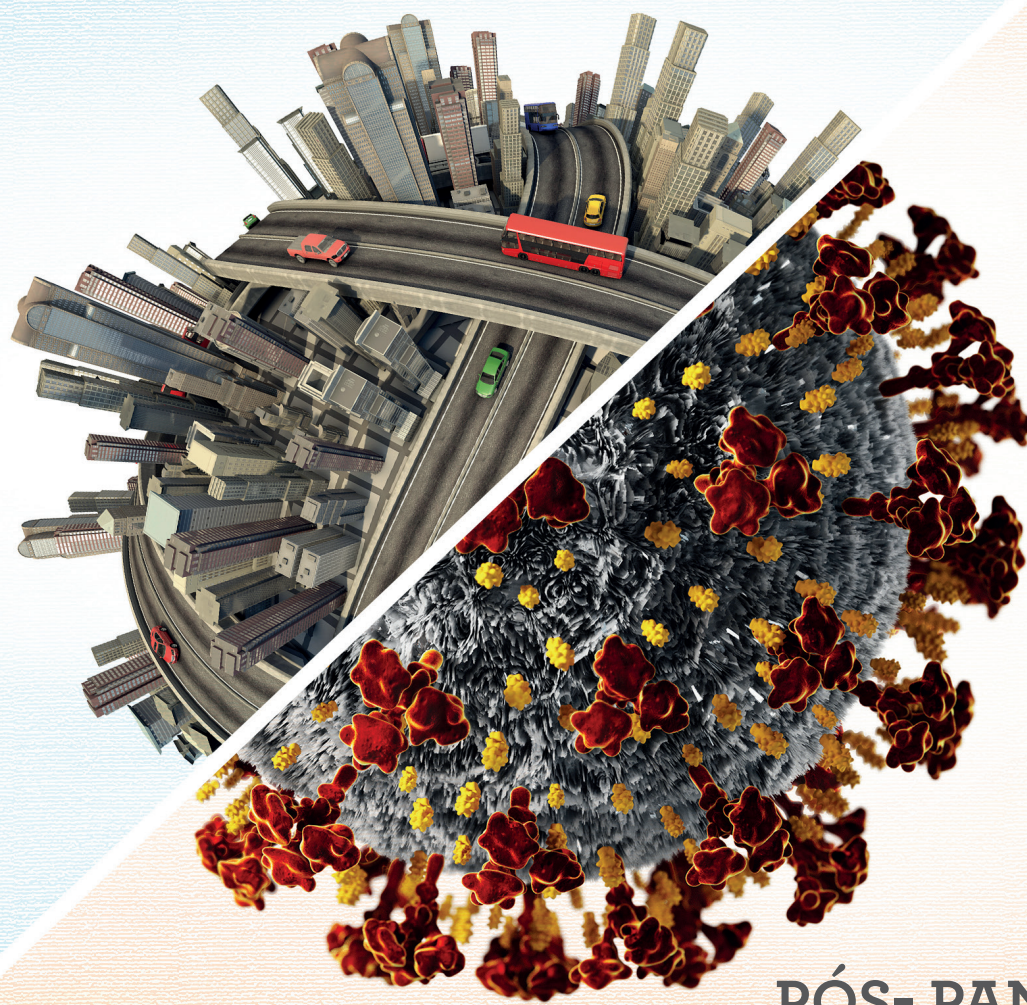
• INDÚSTRIA DE GAMES NO BRASIL
DEVE ESTAR NA LISTA DAS 10
MAIORES DO MUNDO ATÉ 2022

• SEGURO RURAL SEGUE RASTRO
DOS AGRONEGÓCIOS E TEM
CAMPO ABERTO PARA CRESCER

• OS PRINCIPAIS DESAFIOS
À PREVIDÊNCIA PÚBLICA
NO MUNDO

PRÉ- PANDEMIA:

VICE-PRESIDENTE HAMILTON MOURÃO APONTA PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADAS PARA O CRESCIMENTO DO PAÍS



PÓS- PANDEMIA:

DESAFIOS DO RECOMEÇO APÓS PASSAGEM DO
VÍRUS QUE DESESTRUTURA SOCIEDADE

Inclua qualidade profissional em seu currículo e conquiste reconhecimento!

Viva a experiência de ter aulas *online* com uma das equipes mais qualificadas do mercado e conte com os melhores recursos didáticos para alavancar a sua performance.

Na ENS, você conta com videoaulas, materiais interativos, estudos de caso, *webinars*, fóruns de debate, acompanhamento pedagógico e muito mais.



CONHEÇA OS CURSOS DA ESCOLA VIRTUAL:

- MBA Gestão de Seguros e Resseguro
- MBA Executivo em Negócios de Seguros
- Graduação Tecnológica em Gestão de Seguros
- Habilitação de Corretores de Seguros
- Cursos de Extensão
- Preparatórios para Certificações Técnicas
- Cursos Técnicos
- Cursos Especiais Gratuitos



Para mais informações, acesse:
ens.edu.br/online





04

ENTREVISTA

O Vice-Presidente Hamilton Mourão aponta as parcerias público-privadas e as reformas como saída para o País crescer e apresenta sua visão sobre os seguros no Brasil.



10

CORONAVÍRUS

Durante a pandemia, as seguradoras no Brasil e no mundo demonstram capacidade para enfrentar e superar os desafios impostos pelo novo momento econômico e social.

14

CENTENÁRIO REVISTA DE SEGUROS

Testemunha dos avanços e das modificações do mercado ao longo do tempo, publicação completa 100 anos cumprindo a missão de difundir o conhecimento do seguro.

18

TELEMEDICINA

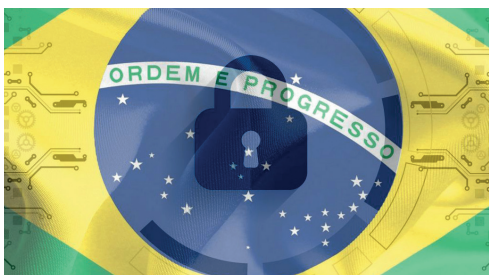
A orientação médica a distância, já utilizada em vários países do mundo, é um processo avançado de monitoramento e traz uma série de benefícios para os pacientes.



21

CONCENTRAÇÃO

Estudo mostra o mercado brasileiro de seguros com baixo índice de concentração na maioria das modalidades e bem posicionado em termos de competitividade.



24

PROTEÇÃO DE DADOS

Segundo pesquisa da Serasa Experian, 85% das empresas de diversos portes do País não têm condições de garantir a proteção de dados prevista na lei que entra em vigor em 2021.

26

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Estudo da OCDE aponta sinais de dificuldades crescentes em acolher e proteger pessoas, o que pressionará o sistema por novas reformas da previdência no plano global.

30

GAMES

Os jogos eletrônicos geram recursos milionários e atraem o interesse de grandes empresas em associar suas marcas a esse mercado, inclusive de companhias seguradoras.



34

AGRONEGÓCIO

Seguro rural acompanha rota de expansão do agronegócio do País.

38

PRÊMIO INOVAÇÃO

Aumento do número de inscritos a cada ano reafirma importância da iniciativa, que chega a uma década promovendo reflexões sobre novos padrões de consumo do cotidiano.



Confederação Nacional das Empresas
de Seguros Gerais, Previdência Privada e
Vida, Saúde Suplementar e Capitalização

PRESIDENTE

Marcio Serôa de Araújo Coriolano

1º VICE-PRESIDENTE

Roberto de Souza Santos

VICE-PRESIDENTES NATOS

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade,
João Alceu Amoroso Lima, Jorge Pohlmann Nasser e
Marcelo Gonçalves Farinha

VICE-PRESIDENTES

Gabriel Portella Fagundes Filho
e Vinicius José de Almeida Albemaz

DIRETOR NATO

Luiz Tavares Pereira Filho

DIRETORES

Bernardo de Azevedo Silva Rothe, Carlos André Guerra
Barreiros, Edson Luís Franco, Eduard Folch Rue, Francisco
Alves de Souza, Gabriela Susana Ortiz de Rozas, João
Francisco Silveira Borges da Costa, José Adalberto Ferrara,
Leonardo Deeke Boguszewski, Luis Gutiérrez Mateo, Luiz
Fernando Butori Reis Santos, Nilton Molina, Pedro Cláudio
de Medeiros B. Bulcão e Pedro Pereira de Freitas

REVISTA DE SEGUROS

Veículo de notícias de interesse do Mercado Segurador

DIRETORA

Solange Beatriz Palheiro Mendes

EDITORA-CHEFE

Vera Soares – Jornalista – MTb 17.910-RJ

EDITORES EXECUTIVOS

Neide Fujioka e Vagner Ricardo

ORIENTAÇÃO EDITORIAL

Alexandre Henriques Leal Neto, Luiz Tavares Pereira Filho,
Marcio Serôa de Araújo Coriolano, Solange Beatriz
Palheiro Mendes e Vera Soares

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Cláudia Mara Alcon dos Santos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Via Texto Agência de Comunicação

REVISÃO

Interponto

COLABORADORES

Adilson Gonçalves, Denise Rothenburg (BSB), Francisco
Luiz Noel, Igor Pontes, Larissa Moraes, Letícia Nunes, Thaís
Ruco, Vagner Ricardo

FOTOGRAFIA

Romério Cunha/VPR, arquivo pessoal, arquivo CNseg,
banco de imagens Google e divulgação de empresas

PROJETO GRÁFICO

Lemon Comunicação & Conteúdo

DESIGNER DA CAPA

Maicon Silva

DIAGRAMAÇÃO

Agência Eclipse

REDAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Superintendência Executiva de Comunicação
e Imprensa - CNseg
Rua Senador Dantas, 74/12º andar - Centro
Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-205 - Tel. (21) 2510.7777
www.cnseg.org.br
E-mail: claudiamara@cnseg.org.br
Escritório CNseg/Brasília
SCN/Quadra/Bloco C
Ed. Brasília Trade Center – salas 1601 a 1612

DISTRIBUIÇÃO

Serviços Gerais/CNseg

PERIODICIDADE

Trimestral

CIRCULAÇÃO

Digital: 4.000 destinatários
Por conta da pandemia do novo coronavírus,
essa edição não será impressa.

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Conheça a Conjuntura CNseg

.....

**Análise mensal que
avalia aspectos
econômicos, políticos,
sociais que podem
influenciar o Setor
Segurador Brasileiro.**



Acesse, leia e faça download
de todas as edições.

cnseg.org.br



UMA PANDEMIA ATINGE A SOCIEDADE, CONTAMINA ECONOMIA GLOBAL E CRIA NOVOS DESAFIOS PARA OS SEGUROS

No ano do centenário da Revista de Seguros, pela primeira vez duas matérias dividem a capa de sua edição. Falamos de dois “Brasis” que coexistirão - um anterior à pandemia e outro sob os seus impactos ao longo do tempo.

As ações de combate sanitário ao novo coronavírus, legítimas, impactam todas as atividades econômicas, deixam consequências no ambiente de negócios e no arcabouço fiscal e legal do País e, de fato, ameaçam a perspectiva de desenvolvimento sustentado, alimentada pelas reformas estruturais iniciadas no ano passado no Brasil.

Os desafios pós-coronavírus serão extraordinários, mas podem tornar o seguro ainda mais relevante na proteção de vidas e dos negócios, levando-o a assumir um papel estratégico quando se der a virada de chave da economia. A curto e médio prazos, o setor deverá conviver com as mais variadas pressões: aumento dos pedidos de indenizações, queda na arrecadação de prêmios, cancelamento de contratos, endossos e agravamento

de determinados riscos provocados pelo confinamento. Esses cenários possíveis ou prováveis são tratados na reportagem sobre a Covid-19 e seus impactos para o setor, a partir da página 10.

Nossa outra matéria de capa trata de um Brasil previsível, em recuperação de seus fundamentos econômicos e com perspectivas favoráveis, apresentada em entrevista exclusiva concedida pelo Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, e realizada antes da explosão da pandemia. Na entrevista, tratamos de temas de mais longo prazo, como o ingresso do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), reforma política e questão ambiental, assuntos esses que devem voltar à pauta após o fim do estado de emergência nacional decretado em razão da pandemia.

Virando as páginas, nossos leitores conhecerão ainda um estudo da CNseg que mostra o setor segurador brasileiro muito bem posicionado nos índices globais de competitividade. Na maior parte dos seus ramos, o setor de seguros apresenta menor

nível de concentração do que em países como Chile, Canadá, Holanda e Espanha e um pouco acima das taxas americanas, sem sair de uma escala de baixa concentração na maioria das modalidades.

Uma matéria especial trata do seguro rural e demonstra seu amplo campo de crescimento como resultado da expansão contínua do agro-negócio no Brasil. A telemedicina, autorizada em caráter extraordinário nestes tempos de pandemia, é outra reportagem desta edição. A matéria mostra que consultas online poderão tornar-se um caminho sem volta para levar saúde a todos, apesar de algumas resistências.

Conheça ainda o promissor mercado de games e as enormes oportunidades de negócios dessa nova cadeia de valor, inclusive para os seguros. Por fim, colocando uma dimensão de longo prazo, uma matéria mostra os fatores de risco para os atuais sistemas públicos de previdência de diversas nações.

Boa leitura!

“NÃO EXISTE A CULTURA DE PROTEÇÃO NO BRASIL”

Dedicado à missão de auxiliar na melhoria dos indicadores da economia e da infraestrutura no Brasil, o Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, avisa que “o dinheiro público para isso acabou”. Ao longo de uma entrevista exclusiva à Revista de Seguros, em seu gabinete, que durou 25 minutos cronometrados, ele afirmou que a saída para o País dar o salto qualitativo são as parcerias público-privadas e a continuidade das reformas.

Mourão abordou temas que preocupam o País hoje na agenda nacional e internacional, em que vê questões da geopolítica da Europa influenciando na análise dos países que podem entrar ou não na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e antecipou sua visão do setor de seguros brasileiro.

“Não existe a cultura de proteção no Brasil. Como nós não somos um país sujeito a grandes catástrofes climáticas, nunca atravessamos uma guerra em que tudo foi destruído, não criamos essa cultura. Acho que, para esse mercado cres-

“Vejo uma certa disputa entre América e Europa no sentido de um equilíbrio entre os países que são indicados e ingressam efetivamente na OCDE. Aqui, na América do Sul, temos a Argentina, que se apresentou na frente. O Brasil está imediatamente a seguir.”

cer, tem que se apresentar perante a sociedade e buscar convencer as pessoas (da necessidade da proteção)”. A seguir, a íntegra da entrevista.

O senhor esteve na posse do Presidente Alberto Fernández, representando o Brasil. Há uma expectativa de que essa mudança de Governo na Argentina leve os Estados Unidos a darem prioridade ao Brasil na OCDE. Isso é possível?

Hamilton Mourão — A entrada do Brasil na OCDE foi tratada pelo Presidente Jair Bolsonaro na visita que ele fez em março do ano passado aos Estados Unidos. Naquela ocasião, o Presidente Trump havia se comprometido a dar uma prioridade ao ingresso do Brasil na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Depois, foi criado esse comitê Brasil-OCDE, sob a responsabilidade da Casa Civil, mas com a participação da Economia e das Relações Exteriores, ou seja, do pessoal que tem o domínio dos fatos em relação a esse ingresso. Esse comitê vem analisando todos os pontos que têm que ser atingidos pelo Brasil de forma a assegurar



esse ingresso, mas existem as questões da política internacional. Vejo uma certa disputa entre América e Europa no sentido de um equilíbrio entre os países que são indicados e ingressam efetivamente na OCDE. Aqui, na América do Sul, temos a Argentina, que se apresentou na frente. O Brasil está imediatamente a seguir. Tem outros países europeus que também estão nessa situação, notadamente, países do Leste. Aí, tem uma questão da política europeia, de atração daqueles países que estavam dentro da antiga cortina de ferro. Há uma certa queda de braço entre Rússia e União Europeia, no sentido de quem vai controlar a economia desses países. Por isso, temos que aguardar qual será o momento exato em que a indicação do Brasil à OCDE vai vicejar.

“A Câmara de Comércio Exterior, até este Governo, foi mais uma espécie de câmara de arbitragem para resolver medidas de proteção por tarifas do que uma ferramenta de inserção internacional.”

Por falar em União Europeia, o acordo UE-Mercosul sofrerá algum problema diante das questões ambientais?

Esse acordo levou algum tempo para ser costurado, um tempo até bem grande, pelos vários atores envolvidos. Existem muitos países, cada um com seus interesses, por isso agora vai passar pelo escrutínio de cada um dos parlamentos.

Já teve o Parlamento da Áustria que rejeitou o acordo...

O que acontece é que nós do Mercosul somos fortes na produção de alimentos. Temos condições, se você analisar por algum viés, de ser quase uma OPEP dos alimentos, num momento em que o mundo passa por problemas na segurança alimentar. Dentro da União

“O Brasil tem muito crédito de carbono para vender e uma matriz energética renovável, enquanto nos demais países a matriz energética é muito mais de queima de combustível fóssil do que a nossa, três vezes mais, até.”

Europeia, o *lobby* dos agricultores é muito forte. E, na competição com a nossa agricultura, nós temos vantagem. Então, vejo que a arma do ambientalismo é utilizada nesse sentido.

Então, a Europa usa o ambientalismo como cortina para tentar proteger sua agricultura?

Exatamente. É uma forma. O Brasil é o quinto país (do mundo) em população e extensão. Mas é o 13º na produção de CO₂. Há 12 países que geram mais CO₂ que o Brasil. E onde se produz mais é no Hemisfério Norte. Lá, o clima é frio, tem que ter calefação ligada e essa calefação vem do petróleo, do carvão, e há uma queima de CO₂ muito maior do que aqui. Somos um país verde. Temos que rebater esses argumentos em relação à questão ambiental com nossos dados reais. Há, por exemplo, a questão do metano, que responde por 16% da poluição do mundo. Aqui, temos o metano em relação ao desmatamento e à nossa pecuária e é preciso ver como podemos capturar esse gás e transformá-lo em algo mais eficiente para a preservação da vida na terra.

Nessa questão ambiental, o Brasil tem muito a receber com a venda de crédito de carbono. O senhor acha que agora sai um acordo?

Essa discussão vem sendo colocada em todas as reuniões do clima, mas até agora não se conseguiu regular esse mercado. (Na COP25, a reunião do clima da ONU, não se chegou a um acordo). O Brasil tem muito crédito de carbono para vender. Nós temos uma matriz energética renovável, enquanto nos demais países a matriz energética é muito mais de queima de combustível fóssil do que a nossa, três vezes mais, até. Os organismos multilaterais que compreendem essa discussão são dominados pelos países que são os maiores poluidores. Então, é uma discussão que ainda vai render bastante.

Paralelamente a essas questões internacionais, o que dá para comemorar e o que ficou faltando no primeiro ano de Governo de Jair Bolsonaro e Hamilton Mourão?

Nós nos elegemos com uma bandeira reformista. A deterioração econômica a que chegamos necessitava que reformas estruturais fossem

feitas. Temos dois grandes problemas estruturais, o *déficit* das contas públicas e a questão da produtividade. Atacamos o *déficit* um pouco melhor do que a questão da produtividade. Conseguimos a aprovação da reforma do sistema previdenciário, que vai dar uma perspectiva de diminuição dos gastos obrigatórios, que têm subido acima do PIB e, em consequência, têm cada vez mais nos colocado numa posição orçamentária mais difícil. As privatizações andaram alguma coisa. A reforma administrativa só andou naquilo que dependia única e exclusivamente do Governo, como o corte em cargos comissionados, mas vamos ter que avançar na reforma para essa diminuição do Estado. Não tem como deixar de avançar nisso. Alguns entes da federação que estão em situação difícil, caso do Rio Grande do Sul e Goiás, buscam suas próprias reformas. Pelo lado das contas públicas, entraram algumas rendas extras dos leilões (de petróleo) e tal, mas houve uma redução significativa dos gastos governamentais, representando maior eficiência no gasto. Do lado da produtividade, em que temos a infraestrutura atrasada, saiu alguma coisa de concessão, mas é preciso avançar com mais velocidade. Isso requer inclusive uma mudança na legislação e na questão tributária, para facilitar a concessão de ferrovias, de rodovias. Hoje ainda está tudo muito embaralhado e o investidor fica com receio desse ambiente de negócios.

O setor elétrico também entra nesse pacote?

Também, essa regulação tem que estar bem explícita e ser de fácil assimilação por todos. E que dê um *fast-track*, que as coisas andem com uma velocidade maior. Essa agenda andou de forma significativa, num processo em que não se buscou a maioria dentro do Congresso da forma tradicional, como era feita, com a adesão dos partidos por meio de cargos do Governo. Foi uma adesão programática. Entendemos que o Congresso é reformista, mas tem seu tempo, que não é o tempo de que gostaríamos. Mas é preciso ter paciência para compreender isso. Vamos olhar o caso da Câmara: todos os assuntos que são levados para discussão passam por 513 pessoas. Não é simples.



“A deterioração econômica a que chegamos necessitava que reformas estruturais fossem feitas. Temos dois grandes problemas estruturais, o déficit das contas públicas e a questão da produtividade.”

O Governo pensa em mudar essa forma de relacionamento com o Congresso?

Tenho visto o esforço do ministro Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) de tentar promover um diálogo melhor com os diferentes setores dentro do Congresso. No começo, o Presidente buscou se pautar pelas bancadas temáticas, mas essas bancadas estão divididas dentro dos próprios partidos políticos, cada um com seus líderes. O Presidente tem convidado algumas lideranças para almoço às quintas-feiras, procurando equilibrar a presença de Deputados e Senadores para dar a devida importância a esses setores. Acho que a mudança vai se dando, dentro do papel que o Presidente tem que desempenhar como político que é, buscando uma relação mais forte e mais firme com os líderes partidários, que têm o comando sobre seus filiados.

O senhor citou a reforma tributária como um dos pontos pendentes. O Governo não enviou uma proposta completa...

Vejo que o pessoal da Economia larga os balões de ensaio por meio da imprensa e aguarda para ver o que vai acontecer. Tem o projeto do Senado, o do Haully (Luís Carlos Haully, ex-Deputado do PSDB do Paraná), tem o da Câmara, o do Appy (economista Bernard Appy). Ambos fundem impostos e giram em torno do imposto de valor agregado. O Governo lançou o “faseamento” da manobra, como a gente diz em linguagem militar. Primeiro junta PIS/Cofins, depois o IPI, e depois mexe no imposto de renda, fazendo a coisa fatiada, porque não é uma reforma simples, mas ela tem que avançar. Nesse ano, independentemente de ser um ano eleitoral ou não, temos que avançar. Espero que avancemos também nas reformas administrativas e tributária e consigamos aprovar as duas.

“A reforma administrativa só andou naquilo que dependia única e exclusivamente do Governo, como o corte em cargos comissionados, mas vamos ter que avançar na reforma para essa diminuição do Estado.”



Por falar em reformas, o mercado de seguros é um dos termômetros dos fundamentos econômicos. Quando vai bem, é sinal de que a economia está crescendo. Como esse setor pode ajudar a trazer desenvolvimento para o País?

Essa questão é muito específica, acho que tem aí algo cultural: não entramos naquela cultura de que você tem que se proteger. Não existe a cultura de proteção aqui no Brasil. Como nós não somos um país sujeito a grandes catástrofes climáticas, nunca atravessamos uma guerra em que tudo foi destruído, não criamos essa cultura. Acho que para esse mercado crescer tem que se apresentar perante a sociedade e buscar, por meio do marketing, da propaganda, convencer as pessoas (da necessidade de proteção). Se eu tenho uma casa, eu tenho que protegê-la. Se eu tenho determinados bens, tenho que protegê-los. Estou falando da área do microsseguro. Mas no próprio macro, ainda há áreas em que o mercado pode crescer, como a securitização de dívidas – muito se fala nisso e não

avança. Talvez um pouco mais de agressividade do mercado surtiria efeito.

Agora, para esse setor e outros terem desenvolvimento, é preciso ter infraestrutura. O senhor acha que, para este 2020, teremos notícias melhores nesse campo?

Temos cerca de 200 projetos montados em cima do PPI (Programa de Parcerias de Investimentos) nos Ministérios de Infraestrutura e também no de Minas e Energia. São projetos robustos. Agora, para que haja investimento, o Governo não tem recursos. E não terá nos próximos três, quatro anos, porque o dinheiro público acabou. A gente tem que preservar um pouco de investimento para aquilo que considera estratégico. Então, temos que atrair o investidor privado, e a receita para isso passa por um ambiente de negócios organizado, com segurança jurídica. Uma certa proteção, um *hedge*. Fala-se muito num dólar médio, de modo que, se ultrapassar um

determinado limite, haveria uma proteção para o investidor. Porque são investimentos realmente vultosos de que precisamos aqui em ferrovias, rodovias, hidrovias, a navegação de cabotagem. Tem bastante coisa em que o Brasil ficou para trás. É preciso apostar na parceria público-privada. O público hoje não tem mais dinheiro.

Mas, em relação ao Orçamento, tem a questão da obrigatoriedade de liberação das emendas. Isso ajuda ou prejudica o orçamento público?

A única coisa que me preocupa é a PEC que propõe que o recurso seja passado diretamente para estados e municípios sem controle, sem ter projeto efetivo. Isso é a única coisa que me preocupa. E a gente tem que acompanhar, porque o recurso pura e simplesmente ser entregue pode terminar por não trazer benefício nenhum. No mais, eu acho que os parlamentares têm conhecimento das suas áreas. Aquelas emendas que hoje funcionam dentro do Congresso, por exem-



plo, e o deputado consegue R\$ 10 milhões para a Paraíba. Ele vai ao Ministério da Saúde, apresenta o projeto e está lá o recurso. Está mais bem feito dentro do papel que o deputado desempenha nesse momento. Quanto à PEC, me preocupa tudo o que sai fora do controle.

E a reforma política? O que precisa mudar?

A reforma política deve partir do Congresso. O Executivo pode – e até deve – participar da discussão. Tenho minha visão particular, acho que nosso processo eleitoral custa muito dinheiro e que termina por deixar o eleitor apartado do eleito. Se avançássemos na direção de um voto distrital, distrital puro ou distrital misto, teríamos um processo eleitoral mais aperfeiçoado e que traduziria melhor a vontade do eleitor, porque, aqui, você acaba votando numa pessoa e elegendo outra.

Mas o fim das coligações partidárias não vem ajudar nesse sentido?

Vamos ver como vai funcionar. Ainda temos um número muito grande de partidos políticos. A cláusula de barreira é tímida, por enquanto. Já podíamos ter vencido isso lá atrás, antes de o STF ter derrubado a cláusula. Devíamos ter aí uma meia dúzia, sete partidos, que representassem efetivamente as correntes de pensamento da nossa sociedade. Vamos ver quanto tempo vai levar para chegar isso, 20, 25 anos? Quantos processos eleitorais serão necessários para que essa depuração ocorra? Temos que ver qual será o resultado.

E em relação ao partido do Presidente Jair Bolsonaro? Vai se buscar parlamentares de outras legendas? Já teve muita gente querendo entrar no Aliança pelo Brasil?

Aqui, especificamente, não. Num primeiro momento, o partido que o Presidente está criando será integrado por aquela ala do PSL que era mais ligada e mais fiel a ele. Óbvio que pode atrair par-

lamentares de outros partidos que também estão sofrendo processos de exclusão de suas legendas e podem abraçar a causa do partido do Presidente.

O Presidente Bolsonaro citou o ex-Presidente Sarney num evento. Isso significa que vem aí alguma conversa entre os ex-Presidentes?

Vi essa citação como um reconhecimento. O Presidente Sarney tem uma larga trajetória na vida pública e desempenhou as mais diversas funções. Mesmo depois de ter deixado a Presidência, ainda teve o trabalho no Parlamento como Senador. Sempre foi um oráculo, pelo vasto conhecimento que tem e também pela cultura, que é muito grande. Quanto aos outros ex-Presidentes, Bolsonaro já conversou várias vezes com o Presidente Collor. Tem o Presidente Fernando Henrique, e eu acho que, em algum momento, eles vão terminar por ter uma conversa. Agora, em relação a Lula e Dilma, acho impossível.

PANDEMIA PROVOCA CENÁRIO DE INCERTEZAS NA ECONOMIA GLOBAL

O setor de seguros no Brasil demonstra capacidade tecnológica e digital para lidar com momento adverso da sociedade.

O seguro mundial vai ser impactado pela pandemia provocada pelo novo coronavírus e conviver com desaceleração ou retração da maioria das linhas de negócios. A contaminação do mercado guarda relação direta com a perspectiva de uma forte retração global – o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê uma crise igual ou mais profunda que a de 2008 – e de seus impactos diversos e inusitados na produção, no emprego e na renda de cada país. Quanto maior a duração da pandemia, maior será o tempo que as economias vão levar para se recuperarem.

O contágio aos negócios do setor segurador ocorrerá de forma impactante, mas gradualmente, afirma o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano. Isso porque, dado o ano superlativo de crescimento do setor em 2019, haverá um efeito *carry-over* que ajudará as seguradoras, pelo menos no primeiro semestre, a decrescer sua receita de prêmios em ritmo desigual à contração dos negócios, da renda e do emprego gerada pelo avanço do coronavírus. “Outro fator que vai mitigar o impacto gerado pelo vírus será

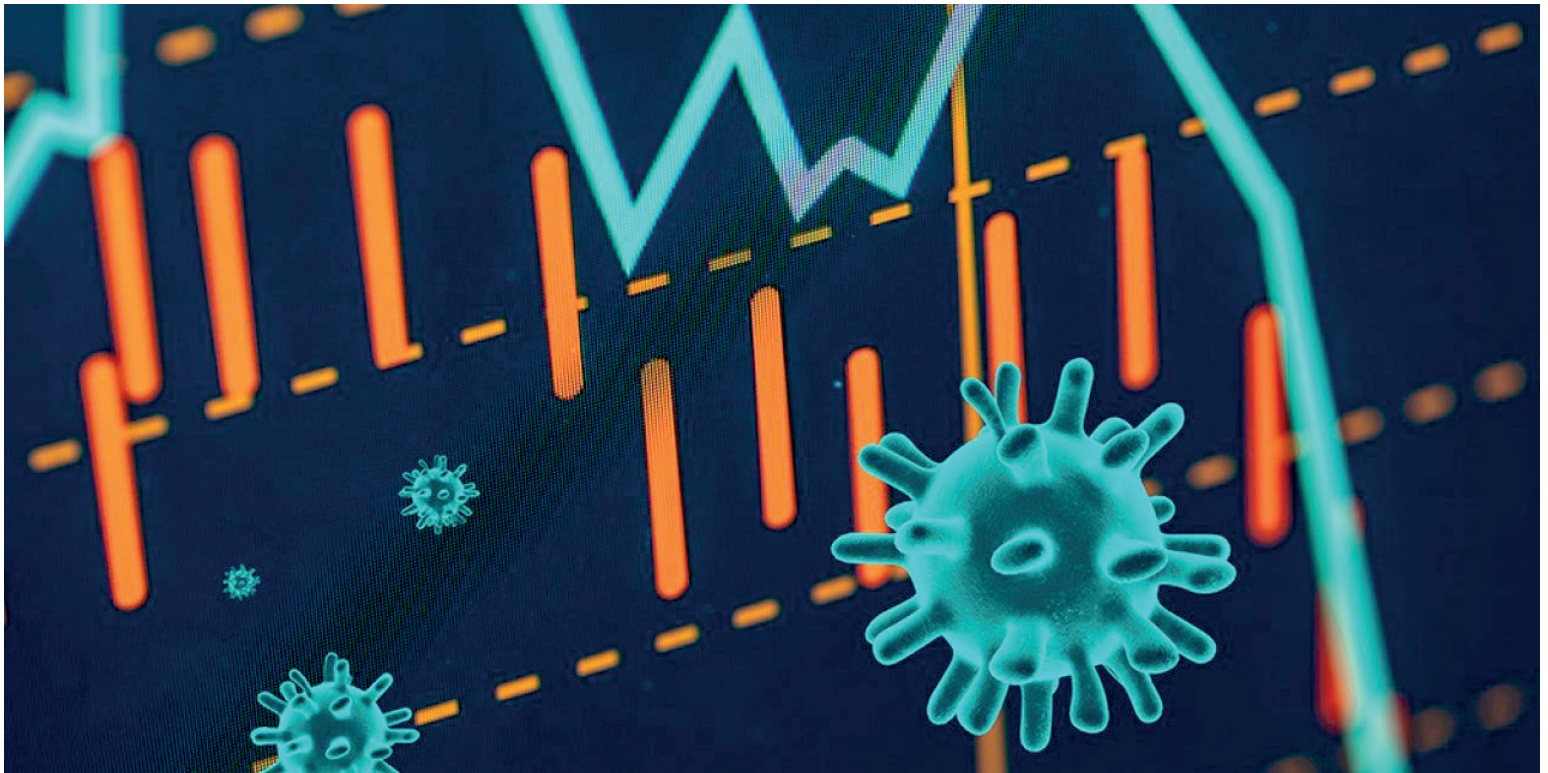
o nível de solvência e de padrões de governança alcançado pelo setor de seguros brasileiro”, pondera Marcio Coriolano.

Ele lembra as ações adotadas pelo setor segurador para preservar a vida e a saúde de dirigentes e colaboradores, prontamente reconhecidas. As companhias adotaram regras de isolamento social, incluindo o *home office* para as suas atividades, exceto unidades de funcionamento imprescindível em suas sedes e sucursais, sem qualquer prejuízo à qualidade de seus serviços. “Esta é uma demonstração de que os ‘planos de continuidade’ existem e saem do papel no setor segurador. E que o avanço tecnológico e digital coloca o setor muito longe de um segmento econômico atrasado ou conservador em seus programas estratégicos e táticos e em práticas operacionais”, avalia Marcio Coriolano.

O resultado disso é que todas as áreas de serviços das seguradoras permanecem ativas, de forma remota ou internamente mantendo a segurança e controles adequados ao atendimento aos segurados. Por meio de tecnologias, as seguradoras estão aptas não só a prestar atendimento a distância quanto vender produtos.

“Esta é uma demonstração de que os ‘planos de continuidade’ existem e saem do papel no setor segurador. E que o avanço tecnológico e digital coloca o setor muito longe de um segmento econômico atrasado ou conservador em seus programas estratégicos e táticos e em práticas operacionais.”

Marcio Coriolano, CNseg



Para Marcio Coriolano, em resposta ao freio na produção, queda de renda e dos empregos, o setor deverá conviver com recuo de prêmios, inadimplência ou cancelamento de contratos nos próximos meses. “Os mais importantes ramos de seguros de propriedades e as linhas pessoais serão alcançados pela desestruturação das atividades industriais, comerciais e de serviços. Como exemplo, em razão das restrições das unidades bancárias, haverá desaceleração no Seguro Habitacional e produtos como Vida Risco, Prestamista, VGBL, PGBL e títulos de Capitalização. Para os seguros voltados para comércio e serviços, as coberturas que mais devem ser afetadas pela crise são as de Propriedade, Responsabilidade Civil e, dada a contração do emprego nesses segmentos, a contratação dos Seguros de Pessoas - Vida Risco Coletivo, e dos planos de Saúde Suplementar. Nos ramos industriais, o declínio das montadoras - queda da fabricação e da venda de veículos - é o que mais chama a atenção, porque afetará a demanda do Seguro de Automóvel, das apólices de Responsabilidade Civil e as coberturas pessoais destinadas à cadeia automotiva”, assinala.



RESSEGUROS

Para o Presidente da Federação Nacional das Empresas de Resseguros (Fenaber), Paulo Pereira, o choque de oferta e produção decorrente da paralisação das atividades vai alcançar também o mercado ressegurador, seja no volume mais reduzido dos prêmios, seja em aumento dos pedidos de indenizações.

Entre as carteiras de negócios mais propensas a avaliar pedidos de indenizações no Brasil, Pereira aponta Lucros Cessantes, Responsabilidade Civil Geral e D&O, no âmbito de resseguros. Mas ele acredita que a sinistralidade não será muito elevada ao menos nas duas primeiras carteiras. “Além da falta de tradição na compra de tais coberturas, a garantia de Lucros Cessantes pressupõe dano físico ao item segurado, algo que não ocorre quando uma fábrica fecha as portas porque seus insumos não estão chegando”, explica.

Não será diferente no mercado mundial. “Embora exista um risco significativo de interrupção, as reivindicações relacionadas ao coronavírus serão baixas, limitadas, porque essas políticas ge-

“A garantia de Lucros Cessantes pressupõe dano físico ao item segurado, algo que não ocorre quando uma fábrica fecha as portas porque seus insumos não estão chegando.”

Paulo Pereira, Fenaber

“O mercado de seguros global é uma força estabilizadora essencial em todo o mundo e contribui para o desenvolvimento de soluções aos maiores desafios enfrentados por indivíduos, empresas e governos.”

Federação Global das Associações de Seguros (GFIA)

ralmente excluem surtos de doenças infecciosas e pagam apenas se ocorrerem danos físicos”, informam analistas do Moody’s Investors Service.

Há ainda, no Código Civil, o conceito de força maior, que pode reduzir as indenizações solicitadas no Responsabilidade Civil Geral se discutidas no âmbito da Justiça. Já no caso do D&O, o seguro que protege o patrimônio de diretores e administradores por erro de gestão, a perspectiva de Paulo Pereira é de que avance a sinistralidade, com acionistas descontentes com a perda de valor da grande maioria das empresas ocorrida na era da pandemia. As chamadas custas judiciais devem ser endereçadas às seguradoras e resseguradoras inicialmente, sem falar nas indenizações decididas pela Justiça.

A Fenaber estruturou um grupo de trabalho para avaliar os impactos efetivos que a pandemia provocará a seus negócios no País. A ideia é não só discutir os desvios da sinistralidade, mas também aferir os efeitos da recessão global a caminho, as consequências dos juros baixos ou negativos no plano global e os ajustes que serão necessários na política de subscrição para gerar ganhos operacionais.



MANIFESTO

Em comunicado, a Federação Global das Associações de Seguros (GFIA, na sigla em inglês) afirma que o mercado de seguros global é uma força estabilizadora essencial em todo o mundo e contribui para o desenvolvimento de soluções aos maiores desafios enfrentados por indivíduos, empresas e governos, especialmente durante grandes catástrofes e convulsões sociais.

No caso específico da pandemia da Covid-19, o texto acrescenta que as seguradoras continuam focadas em honrar suas promessas aos clientes e lembra que elas implementaram planos de contingência para proteger seus funcionários e reduzir as interrupções de serviço. Algumas seguradoras também estão implementando novas soluções flexíveis de pagamento e adotando outras medidas para se adaptar às novas necessidades dos segurados e das sociedades mais amplas em que operam.

O manifesto, ao avaliar as medidas emergenciais adotadas pelos governos de todo o mundo em resposta à pandemia, assinala que a estabili-

dade financeira do mercado de seguros é vital, ao recomendar atenção às medidas legislativas que planejam exigir que perdas retroativas decorrentes da pandemia sejam reembolsadas pelas seguradoras. “Nossa indústria está comprometida em ajudar os governos a atender às necessidades financeiras de cidadãos e empresas. No entanto, onde a cobertura de pandemias e de outras causas de perda não foi incluída nas apólices existentes ou refletida nos pagamentos de prêmios, essa exigência de assumir perdas retroativamente poderia ameaçar seriamente a estabilidade do mercado de seguros global. Eventos como incêndios, acidentes de automóvel e catástrofes naturais cobertas pelo seguro não param, mesmo durante uma pandemia. Ao mesmo tempo, as seguradoras gerenciam sua força financeira para cumprir as promessas e garantias feitas aos clientes, estejam elas relacionadas à pandemia ou não. Dessa forma, alterar retroativamente os termos das políticas não seria uma maneira apropriada de lidar com os impactos financeiros em larga escala da pandemia da Covid-19”, informa o manifesto.



SUSEP

Disposta a conhecer os impactos esperados pelo mercado e a adotar medidas para atenuar os efeitos da pandemia, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) enviou um questionário a seguradoras em abril. A Susep solicita estimativa de perdas provocadas por aumento de sinistros, carteiras mais atingidas por inadimplência e apólices afetadas por pedidos de cancelamento dos contratos. Pergunta ainda sobre fatores que podem ameaçar a solvência e se as empresas estão líquidas para pagar obrigações advindas da Covid-19.



CUSTO DA PANDEMIA

Relatório da Conferência das Nações Unidas Sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), publicado em março, diz que o efeito do novo coronavírus custará US\$ 1 trilhão à economia global, que poderá crescer menos de 2%. Se piorar e o crescimento mundial atingir apenas 0,5% no ano, serão US\$ 2 trilhões em perdas.



Poucos países, afirma a UNCTAD, sairão ilesos dos impactos financeiros da pandemia, que já está presente em todos os continentes.

Estudo do escritório americano Wilson Elser, especializado em financiar disputas judiciais contra seguradoras, assinala que o impacto de pandemias deve passar a fazer parte dos programas de riscos das empresas. Há uma clara recomendação para que elas comprem coberturas para minimizar as perdas de suas atividades e antever possíveis reivindicações na Justiça, a partir de planos de gerenciamento de riscos mais assertivos.

● ● ● DESACELERAÇÃO ECONÔMICA

De acordo com relatório da Moody's, publicado em março, haverá "deterioração significativa dos mercados acionários e ampliação dos spread

de crédito, o que, juntamente com taxas de juros ainda mais baixas, pesarão na rentabilidade e capitalização das seguradoras." O relatório acrescenta que a desaceleração econômica esperada também terá um impacto negativo nos volumes de negócios das seguradoras.

A régua estará mais elevada para fins de indenizações e de aceitação de novos riscos, dependendo do ramo de seguro e após os ajustes nas cláusulas dos produtos para tornar claro o que está coberto ou excluído em diversas modalidades. Essas mudanças são um legado de epidemias passadas, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars), Ebola, Zika, período em que seguradoras conviveram com desembolsos inesperados e pesados e fizeram o mercado aperfeiçoar as cláusulas de seus produtos para delimitar responsabilidades. Só a Sars afetou 37 países em 2003, gerando perdas na casa de bilhões de dólares, como algo entre

US\$ 3 bilhões e US\$ 6 bilhões no Canadá; US\$ 5 bilhões em Cingapura e US\$ 4 bilhões em Hong Kong, de acordo com dados da corretora Marsh. Dessa forma, evitam-se brechas para ações judiciais que, no passado, se apropriaram de ambiguidades da redação dos contratos.

Especialistas afirmam que o tom de desaceleração global deverá afetar o desempenho de prêmios de apólices destinadas a mercados duramente afetados, como companhias aéreas, turismo e eventos, entre outros. Com receitas menores, a previsão é de que a compra de coberturas nesses segmentos também se reduza. Ao mesmo tempo, a procura daquelas modalidades que, de algum modo, possam contribuir para mitigar a escalada de riscos corporativos tende a subir. Nesse caso, inclui-se o seguro de riscos cibernéticos, já que a era de *home office* provocado pela pandemia é um risco real à segurança das empresas.

REVISTA DE SEGUROS COMPLETA 100 ANOS DE CIRCULAÇÃO ININTERRUPTA

Testemunha do avanço do mercado e das modificações ocorridas ao longo do tempo, a publicação cumpre importante papel na difusão de conhecimento do seguro.

Parte da história do seguro, pelo menos os capítulos mais importantes dos últimos 100 anos, está registrada nas páginas da Revista de Seguros, publicação da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) que completa seu primeiro centenário em julho próximo. Desde o início, a publicação repete o mantra de como o seguro é estratégico

para o crescimento econômico, discute avanços e retrocessos no seu marco regulatório, destaca sua condição de proeminente contribuinte e de investidor institucional e joga luzes sobre problemas recorrentes, como fraudes.

A Revista nasceu com o propósito de vocalizar os anseios do mercado e de destacar temas econômicos, financeiros e jurídicos que digam

respeito a seus interesses. Apresenta “o seguro como escudo, a defesa e a última e definitiva resistência dos segurados”, diz em seu primeiro editorial. “O seguro é hoje o supremo argumento, a lógica do comércio. Afasta, nos negócios e na vida, o maior perigo: o imprevisto; vence o mais encarniçado inimigo do sucesso: as catástrofes, os golpes violentos do desconhecido, os



botes traiçoeiros da fatalidade”, afirma o primeiro editorial, de julho de 1920.

Testemunha ocular do avanço do mercado e das muitas modificações ocorridas nas décadas seguintes, a publicação cumpriu (e cumpre) um papel importante na difusão de conhecimento do seguro, um setor que “impulsiona o desenvolvimento nacional e está entre as maiores afirmações de nossa visibilidade econômica” – diz o primeiro editorial da publicação. Como o próprio setor segurador, a Revista de Seguros tem demonstrado resiliência, acompanhando momentos dramáticos, como o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York de 1929, responsável pela Grande Depressão que persistiu na década de 1930 e afetou todo o mundo, terminando apenas com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A essa altura, após acompanhar os debates sobre a presença estrangeira no mercado de seguros, em especial no ramo de seguros de vida, e a evasão de divisas do Brasil para o exterior em razão disso, registra a nacionalização do seguro na Constituição do Estado Novo, de 1937. Na sequência, avalia a criação do Instituto de Resseguros do Brasil, em 1939, atuando como monopólio, e repercute ainda a ratificação de que só poderiam funcionar no Brasil os bancos de depósito e as empresas de seguros, quando seus acionistas fossem brasileiros.



EVOLUÇÃO SETORIAL

As páginas da Revista de Seguros pontuam a evolução setorial dentro de uma conjuntura complexa. Em seus primeiros anos de vida, acompanha a rotina do seguro marítimo; na década de 1960, o seguro de riscos de incêndio. Novas crises na década de 1970, provocadas pela desregulamentação do sistema monetário internacional, com o fim do padrão ouro, por dois choques petrolíferos. A década perdida nos anos 1980, o plano Real de 1994 e o salto dos planos de acumulação a partir daí, sem falar na liderança do seguro de Automóvel por décadas entre os seguros de Danos. Até que as páginas viradas rapidamente registram os dias atuais do mercado, quando passa a representar 6,5% do PIB e mais

de R\$ 2 trilhões entre provisões técnicas e recursos livres das seguradoras. Na década de 1980, a CNseg (à época, Fenaseg) comprou os direitos autorais da publicação, passando a cuidar da continuidade de sua longevidade.

O Presidente da CNseg, Marcio Coriolano, lembra que a Revista atinge a marca recorde de 100 anos de circulação, mantendo-se jovial e adaptada às mudanças dos novos tempos. “A longevidade editorial mostra que a Revista de Seguros soube diversificar os assuntos de interesse, dando voz aos especialistas em seguros ao mesmo tempo em que, e cada vez mais, abrindo suas páginas para representantes da sociedade, de vários segmentos econômicos e dos poderes públicos; enfim, todos aqueles que influenciam ou são influenciados pela atividade securitária.”

Em sua gestão, aliás, ocorreram duas importantes mudanças. Desde a edição nº 900, lembrou ele, houve uma guinada no conteúdo editorial, iniciando uma cobertura mais dinâmica de temas macroeconômicos e dos setores econômicos estratégicos para seguros, como infraestrutura, construção civil, petróleo e gás, todos temas de enorme relevância para o mercado. A partir da edição seguinte, incorporou um novo e ousado desenho gráfico, incluindo reformulação na tipografia de títulos e de fontes das matérias e planos fotográficos mais sofisticados em busca de uma linguagem mais atrativa. Tudo em prol da política de maior interlocução com os pares da sociedade.



MARCA EMBLEMÁTICA

O Presidente da FenaSaúde, João Alceu Amoroso Lima, destaca que a Revista de Seguros é o principal canal do mercado segurador, acrescentando que a marca de 100 anos de existência merece ser muito comemorada, por ser emblemática. “Para nós do setor de Saúde Suplementar, é um canal de comunicação muito relevante, ao tratar temas de interesse de beneficiários e de empresas que atuam no mercado de seguro saúde, em reportagens e artigos abordados por profissionais gabaritados e experientes. Em circulação desde 1920, sua credibilidade é reconhecida por ser o mais antigo periódico brasileiro sobre assuntos econômicos”, assinalou ele.



“A longevidade editorial mostra que a Revista de Seguros soube diversificar os assuntos de interesse, dando voz aos especialistas em seguros ao mesmo tempo em que, e cada vez mais, abrindo suas páginas para representantes da sociedade, de vários segmentos econômicos e dos poderes públicos; enfim, todos aqueles que influenciam ou são influenciados pela atividade securitária.”

Marcio Coriolano, CNseg



“É um canal de comunicação muito relevante, ao tratar temas de interesse de beneficiários e de empresas em reportagens e artigos abordados por profissionais gabaritados e experientes.”

João Alceu Amoroso Lima, FenaSaúde



“Ao longo destes anos, (a Revista) construiu um diálogo com os mais diversos públicos e segmentos da economia, conferindo tratamento multidisciplinar a temas que impactam a atividade seguradora.”

Antonio Trindade, FenSeg



“Nas suas páginas, há espaço para debates, artigos, histórias de sucesso e perspectivas de um mercado cuja trajetória, nestes 100 anos, trouxe significativos benefícios para a sociedade.”

Marcelo Farinha, FenaCap

Para o Presidente da FenSeg, Antonio Trindade, a Revista de Seguros narra a trajetória de um mercado que não para de evoluir. “Ao longo destes 100 anos, construiu um diálogo com os mais diversos tipos de público e segmentos da economia, conferindo tratamento multidisciplinar aos temas que impactam a atividade seguradora. Cada vez mais, ela serve de ponte com o segmentos, os formadores de opinião, os Três Poderes e os órgãos de representação da sociedade. As suas páginas são fonte de consulta obrigatória para quem deseja estar bem informado sobre o setor de seguros”, declarou.

O Presidente da FenaCap, Marcelo Farinha, reconhece que o centenário da Revista de Seguros é, sem dúvida, um momento relevante para todo o mercado e motivo para muita comemoração. “O veículo, sempre atualizado, se consolidou como um canal de referência, de leitura obrigatória para aqueles que trabalham ou buscam informações consistentes sobre o setor. Nas suas páginas, há espaço para debates, artigos, histórias de sucesso e perspectivas de um mercado cuja trajetória, nestes 100 anos, trouxe significativos benefícios para a sociedade brasileira. A FenaCap se orgulha em contar com a Revista de Seguros para tratar de temas relacio-

nados à Capitalização, que no Brasil comemora, este ano, seu 91º aniversário, com uma posição consolidada como um importante instrumento de captação da poupança popular”, lembrou.

O Presidente da FenaPrevi, Jorge Nasser, afirma que “a Revista de Seguros da CNseg é uma importante plataforma de comunicação do mercado segurador com a sociedade. Com transparência e rigor na apuração, a Revista esteve presente nos principais marcos da indústria de seguros e de previdência privada aberta. Com uma linguagem moderna e interativa, traduz a importância do nosso mercado no desenvolvimento econômico e social do País.”



“A Revista é uma importante plataforma de comunicação do mercado com a sociedade (...), que esteve presente nos principais marcos da indústria de seguros e de previdência privada aberta.

Jorge Nasser, FenaPrevi



“Ao aproximar os diversos públicos, a publicação converte-se numa referência editorial do setor e sua credibilidade, em um passaporte para a continuidade de sua longevidade.”

Solange Beatriz Palheiro Mendes, CNseg



“A idoneidade, a credibilidade e a determinação são armas importantes na luta contra revezes que sempre acontecem no âmbito da vida, sejam pessoais, econômicos ou políticos.”

Paulo Jerônimo de Sousa, ABI



REFERÊNCIA EDITORIAL

Diretora-Executiva de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes, aponta a qualidade editorial da Revista de Seguros como o principal trunfo para aproximar o setor segurador dos diversos públicos, tornando-o mais bem entendido por todos os *stakeholders*. “A publicação converte-se numa referência editorial do setor e sua credibilidade, em um passaporte para a continuidade de sua longevidade”, avalia.

O Presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Paulo Jerônimo de Sousa, parabe-

niza a direção da CNseg, editores, jornalistas e colaboradores da Revista de Seguros pelo transcurso de 100 anos da publicação. “Isso demonstra que a idoneidade, a credibilidade e a determinação são armas importantes na luta contra revezes que sempre acontecem no âmbito da vida, sejam pessoais, econômicos ou políticos”, afirma Pagê, como é conhecido o Presidente da ABI.

Para ele, “é salutar e emblemático o fato de que uma publicação impressa complete seu primeiro centenário, em meio a uma grave crise editorial, em um momento que grande parte das publicações impressas, muitas também tradicionais, está tendo encerrada suas atividades,

dada a queda da circulação, provocada pelo advento da internet e das mídias sociais. Um processo doloroso porque compromete, muitas das vezes, a veracidade e gravidade das informações veiculadas. Por isso, ainda que segmentada, a Revista de Seguros presta um papel importante, com a manutenção de empregos de profissionais especializados”, completa.

“Nossa instituição, a ABI, tem apenas 12 anos a mais do que a Revista de Seguros. Então ambas entidades são testemunhas da história do País desde meados do século passado, dos primeiros anos deste e dos que estão por vir. Longa vida às duas instituições”, finaliza Paulo Gerônimo.

ORIENTAÇÃO MÉDICA A DISTÂNCIA TRAZ RESULTADOS EFICIENTES

Tecnologia proporciona um primeiro contato com o paciente de forma rápida, sem exposição ao ambiente hospitalar e com redução de custos.

O futuro caminha para as consultas *online*. A orientação médica a distância já é utilizada em todo o mundo e traz uma série de benefícios para os pacientes. A chamada telemedicina é um processo avançado de monitoramento de pacientes, troca de informações médicas e análise de resultados de diferentes exames, que são avaliados e entregues de forma digital, dando apoio à medicina tradicional.

Sua utilização durante a pandemia do novo coronavírus será a prova de fogo para superar resistências e se consolidar como um importante aliado para acessar atendimento médico. Por meio de decreto assinado pelo Presidente Jair Bolsonaro em abril, a telemedicina está autorizada parcialmente, já que estão vetadas receitas médicas virtuais emitidas sem assinatura eletrônica certificada, bem como sua ampliação após a pandemia.

O uso da tecnologia é, sobretudo, uma forma de ampliar o acesso de mais pessoas à assistência à saúde, segundo avalia a FenaSaúde. Os resultados da aplicação da telemedicina têm se mostrado eficientes: agiliza atendimentos, permite acesso de populações distantes a consultas

e diminui o volume de demandas desnecessárias em prontos-socorros.

“As associadas já vêm utilizando a telemedicina, dentro dos limites da legislação, para gerar mais valor para o paciente e ajudar a reduzir custos e otimizar estruturas de atendimento”, avalia Vera Valente, Diretora-Executiva da FenaSaúde, que reúne 15 grupos de operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde, responsáveis pelo atendimento de cerca de 40% do setor brasileiro de Saúde Suplementar.

A telemedicina tem sido utilizada para ampliar a atenção primária, incentivar e promover a prevenção e aprimorar diagnósticos. “A tecnologia também ajuda a traçar perfis epidemiológicos que auxiliem na definição de políticas públicas, além de dar maior resolubilidade a consultas, ao permitir a realização da interação entre médicos assistentes (clínicos gerais) e especialistas, quando necessário”, afirma Vera Valente.



FINANCIAMENTO GLOBAL

As empresas voltadas para serviços digitais no mercado de saúde, as *healthtechs*, vêm chamando

do a atenção de investidores e usuários — sejam pacientes no modelo B2C, ou hospitais, clínicas e laboratórios, no modelo B2B. Relatório do Mercom Capital Group aponta que, em 2019, o financiamento global de venture capital para o mercado de saúde digital chegou a US\$ 8,9 bilhões, em 615 negócios.

Outro relatório, o Distrito Healthtech Report, identificou 36 empresas consideradas unicórnios, com valor de mercado acima de US\$ 1 bilhão. No Brasil, o número de *healthtechs* passou de 160, em 2014, para 386, em 2019, um aumento de 141%. Destas, 47,6% são B2B e 39,5% voltadas a usuários e pacientes.

A *healthtech* americana Sharecare chegou ao Brasil oferecendo soluções em gestão de saúde e estabeleceu parceria com uma importante seguradora em saúde. “Ambos os parceiros estão gerando valor significativo para seus negócios e, mais importante, os clientes corporativos das seguradoras têm o benefício de melhorar a saúde de seus funcionários por meio de nossos programas e soluções, com impacto financeiro positivo”, diz o sócio-fundador Jeff Arnold, acrescentando que, com base no sucesso das parcerias, a *startup* amplia o relacionamento com outras



“As associadas já vêm utilizando a telemedicina, dentro dos limites da legislação, para gerar mais valor para o paciente e ajudar a reduzir custos e otimizar estruturas de atendimento.”

Vera Valente, FenaSaúde



“Os clientes corporativos das seguradoras têm o benefício de melhorar a saúde de seus funcionários através de nossos programas e soluções, com impacto financeiro positivo.”

Jeff Arnold, Sharecare



“O objetivo é melhorar a qualidade do acesso ao plano de saúde e a economia gerada, que pode ficar entre 8% e 27%, dependendo dos modelos de utilização do serviço.”

Jean Marc Nieto, Teladoc



seguradoras líderes no mercado brasileiro. Cerca de 70 milhões de pessoas têm acesso à Sharecare mundialmente, sendo 3 milhões no Brasil.

Maior empresa global especializada em serviços médicos a distância, a companhia americana Teladoc Health viu sua operação no Brasil crescer 81% desde que chegou ao País, em junho do ano passado. Saltou de 350 mil para 700 mil vidas em carteira no período e projeta alcançar 1 milhão de usuários em 2020. Oferece seus serviços para grandes operadoras e hospitais brasileiros.

“As empresas clientes da Teladoc vêm estimulando a utilização. O objetivo é melhorar a qualidade do acesso ao plano de saúde e a economia gerada, que pode ficar entre 8% e 27%, dependendo dos modelos de utilização do serviço”, afirma Jean Marc Nieto, Diretor-Geral da empresa.

Segundo ele, de cada dez pessoas propensas a ir a um pronto-socorro, seis acabam optando por

um tipo de atendimento mais efetivo e barato ao receber as orientações. “Hoje, recebemos mais de 30 mil ligações mensais. No ano passado, não passavam de 10 mil. Além do crescimento de usuários, há também um aumento progressivo nos indicadores de utilização dos serviços”, informa.



REALIDADE NO BRASIL

A Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 2.227/2018, publicada em 03/02/2019, havia regulamentado o atendimento online, assim como telecirurgias e telediagnósticos. No entanto, essa resolução foi revogada já no dia 22/02/2019, permitindo assim apenas serviços anteriormente regulamentados pela Lei nº 1.643 de 2002, como a orientação médica via videoconferência.

De acordo com André Gamonal, Gerente Comercial da Ampla Consultoria, corretora especializada em planos de saúde, as consultas médicas a distância já são realidade no País há anos, com mais volume e escala em algumas especialidades, mas ainda sem efetiva regulamentação. A primeira consulta deve ser, de preferência, presencial, com exceções para casos de difícil acesso. O paciente precisa estar acompanhado de um profissional da área de saúde. O especialista será responsável pela segurança e sigilo da informação.

A orientação médica por videoconferência tende a colaborar para democratizar o acesso a atendimentos de baixa complexidade e estimular atitudes preventivas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, moradores têm acesso, em média, a quatro médicos para cada mil habitantes. Já a população do Nordeste tem acesso à metade desse número. Em alguns estados do Norte, esse número cai até para menos de um médico por mil habitantes. Há várias situações em que a simples orientação clínica feita por um profissional da saúde pode evitar quadros complicados.

Ariovaldo Bracco, Diretor da Unisaúde Master e Coordenador da Comissão de Saúde do Sincor-SP, acredita que a tecnologia é uma importante forma de reduzir os custos com a saúde. Segundo ele, é preciso investir em cuidados de atenção à saúde, medicina preventiva e tecnologias, para evitar que o paciente chegue ao ambiente hospitalar, que, além, de gerar custos

diretos, também gera os indiretos ao propiciar o aumento de doenças e infecções.

“Em nossa cultura ainda predomina o hospital, pois se valoriza muito a doença e pouco a saúde. E, por se valorizar a doença, os pacientes são levados ao hospital, achando que lá vão resolver sua doença. Mas temos é que trabalhar para evitar a doença, depender menos dos hospitais, que têm papel importante na última etapa na cadeia da atenção.”



“Em nossa cultura ainda predomina o hospital, pois se valoriza muito a doença e pouco a saúde. E, por se valorizar a doença, os pacientes são levados ao hospital.”

Ariovaldo Bracco, Unisaúde e Sincor-SP



TRAPONTOS E POLÊMICAS

Apesar da evidente vantagem de evitar a consulta presencial quando possível, economizando tempo e dinheiro de ambas as partes, existem também as polêmicas quanto à telemedicina. “Ainda há desconfiança, acesso restrito à internet de qualidade e, principalmente, necessidade de mudar a cultura dos protagonistas deste novo cenário, inevitável no futuro



“Ainda há desconfiança, acesso restrito à internet de qualidade e, principalmente, necessidade de mudar a cultura dos protagonistas deste novo cenário, inevitável no futuro próximo.”

André Gamonal, Ampla Consultoria

próximo e já solidificado em outros países”, argumenta André Gamonal.

Para Jean Marc Nieto, qualquer nova tecnologia encontra resistência e é preciso educar tanto a classe médica sobre sua utilização, quanto os pacientes. Segundo ele, nos Estados Unidos, 70% da população utiliza a telemedicina. Jeff Arnold avalia que este é um momento empolgante para as empresas de saúde no Brasil, já que o mercado está se tornando mais dinâmico a cada dia, com mais investimentos e desejo de promover mudanças. “As empresas *healthtechs* desempenharão um papel significativo na promoção de um mercado mais eficiente.”

O corretor Ariovaldo Bracco também faz um alerta para o risco dos extremos. “Não é porque existe a tecnologia que devemos abandonar os hospitais, que também têm um papel fundamental e agregam outras tecnologias e expertises. É preciso cuidado nessa readequação”.

ESTUDO DA CNSEG MOSTRA MERCADO SEGURADOR COMPETITIVO E DINÂMICO NO PAÍS

*Estratégia é prosseguir adotando medidas para aumentar a produtividade,
reduzir custos e processos e oferecer melhores produtos e serviços.*

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) concluiu estudo que mostra o setor bem posicionado em termos de competitividade no mercado global. A indústria de seguros brasileira apresenta, em muitos segmentos, menor nível de concentração do que em países como Chile, Canadá, Holanda e Espanha e fica um pouco acima das taxas americanas, sem sair de uma escala de baixa concentração na maioria das modalidades, informa o documento.

Entre uma cesta de indicadores que mede o grau de concentração ou suas evidências, o levantamento da CNseg escolheu o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI), considerado mais preciso para aferir o grau da concentração de mercado, por levar em consideração a distribuição do *market share* entre as empresas de um setor, diferentemente do Concentration Ratio (CR), que considera apenas a participação das maiores empresas, independentemente da distribuição entre elas. “A concentração pode ser medida, sem maior rigor, pelo CR, tomando como base participação de quatro ou cinco das maiores empresas em dado setor. Não obstante, índices de concentração como esse não distinguem situações em que existem poucas empresas daquelas em que há muitas empresas com fatias menores de mercado, além de não levar em consideração a distribuição entre as participações relativas”, explica o Presidente da CNseg, Marcio Coriolano.

Vale lembrar que o HHI é também utilizado nas aferições dos órgãos que zelam pela concorrência nos Estados Unidos (EUA) e no Reino Uni-

do, dois dos mais proeminentes mercados de seguros. No Brasil, também o Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor (CADE) utiliza o HHI para medir os níveis de concentração, não havendo nenhum estudo específico de concentração do mercado segurador, algo que é visto como um termômetro de que as coisas caminham bem no campo de boas práticas concorrenciais.



BAIXA CONCENTRAÇÃO

“Quando o HHI é aplicado ao setor segurador brasileiro, a maioria dos segmentos analisados fica na faixa considerada de baixa concentração”, afirma Marcio Coriolano. Para fins de aferição do grau de concentração – de zero a 100% –, o índice considera três faixas possíveis de classificação: abaixo de 15%, baixa concentração; entre 15% e 25%, moderadamente concentrado e, a partir de 25%, altamente concentrado.

O estudo da CNseg revelou que, por produto, o HHI dos seguros de patrimônio e de responsabilidades foi de 4,9%, no Brasil, e de 3%, nos EUA, em 2018, apresentando baixo índice de concentração. No segmento de patrimônio, o seguro de automóveis teve um HHI de 9,6% (nos EUA, 6,4%) e o de residência 10,4% (no mercado americano foi de 6%), permanecendo na faixa de baixa concentração. O cenário se repetiu no seguro de vida. O índice HHI foi de 7,5% e o americano, de 2,8%.

Em 2018	Brasil			Estados Unidos		
	CR5	HHI	Concentração*	CR5	HHI	Concentração*
Seguros de Patrimônios	38,2%	4,9%	Baixa	31,2 %	3,0 %	Baixa
Automóvel	57,0%	9,6 %	Baixa	50,8 %	6,4 %	Baixa
Residencial	65,2%	10,4 %	Baixa	45,6 %	6,0 %	Baixa
Seguros de Vida	53,8%	7,5 %	Baixa	29,0 %	2,8 %	Baixa
Vida	49,3%	6,7 %	Baixa	--	--	--
Viagem	59,4%	10,1 %	Baixa	--	--	--
Prestamista	67,6%	10,4 %	Baixa	--	--	--
Títulos de Capitalização	78,2%	16,8 %	Baixa	--	--	--


Fonte: Susep e NAIC

HHI menor que 15% - baixa concentração; HHI menor entre 15% e 25% - moderada concentração; HHI menor maior que 25% - alta concentração.



“Quando o HHI é aplicado ao setor segurador brasileiro, a maioria dos segmentos analisados fica na faixa considerada de baixa concentração.”

Marcio Coriolano, CNseg



“É preciso ver se há ou não uma grande rivalidade entre os concorrentes, avaliar a natureza da concorrência e, principalmente, se ocorrem exercícios de poder de mercado.”

Luiz Carlos Prado, UERJ

“O HHI é um índice mais interessante do que o Concentration Ratio (CR) porque chama a atenção para duas questões importantes: o quanto o mercado é concentrado nas maiores empresas, já que a participação de cada uma é elevada ao quadrado e há maior peso delas na aferição. A outra é acender a luz amarela para setores que mereçam uma investigação mais abrangente, se for constatada alta concentração”, explica a professora de Ciências Econômicas da UERJ, Lucia Helena Salgado.

“A definição de mercado concentrado deve levar em conta a dinâmica dos mercados tratados. É preciso ver se, mesmo concentrado, há ou não uma grande rivalidade entre os concorrentes, avaliar a natureza da concorrência e, principalmente, se ocorrem exercícios de poder de mercado. Essa discussão implica amplo conhecimento da dinâmica do mercado. Além disso, mesmo que o setor possa ser concentrado ou oligopolizado, pode haver concorrência efetiva”, descreve o professor Luiz Carlos Prado, do Instituto de Economia da UERJ.

Marcio Coriolano acrescenta ainda que alguns seguros podem ter maior grau de concentração empresarial porque são mercados em que



“O HHI (...) chama a atenção para duas questões importantes: o quanto o mercado é concentrado nas maiores empresas, além de apontar setores que mereçam uma investigação mais abrangente.”

Lucia Helena Salgado, UERJ

a mera presença de poucos ofertantes dispostos a competir não implica menor eficiência.

O fato é que a designação de mercado concentrado traz riscos adicionais aos setores, sobretudo o de um ativismo regulatório que pode, se errar a mão, provocar problemas inesperados ao bom funcionamento. Há exemplos aqui e ali de que ampliar a presença de novos grupos no setor pode não ser a única opção para incentivar mais disputa.

REGRAS BRANDAS

Mercados que promoveram o abrandamento excessivo das regras prudenciais para atrair novos atores conviveram com fortes turbulências, como falências ou grave depreciação da qualidade dos serviços, afetando a imagem institucional e a reputação do setor.



O Chile, por exemplo, enfrentou o fechamento das entidades de pequeno porte de Previdência no passado. No Brasil, recorda Lucia Helena Salgado, a depuração do mercado de saúde suplementar foi reconhecida como necessária para ampliar sua solidez nas últimas décadas. Com quase 2 mil participantes em 2007, hoje estão com cadastro ativo cerca de 1,2 mil operadoras na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Outro exemplo nesse sentido é estudo realizado pela Financial Conduct Authority (FCA), a Susep local, sobre as mudanças resultantes do Brexit (saída do país da União Europeia), demonstra um quadro desanimador para o consumidor. “O que aparentemente se torna claro neste estudo é que muitos dos males detectados são criados por um número significativo de empresas pequenas que regulamentamos ou por entidades que escapam ao nosso controle”, escreve Christopher Woolard, Diretor-Executivo interino da FCA, na apresentação do relatório de um mercado considerado um *hub* de referência para a indústria global de seguros.

Entre os problemas, prêmios elevados para os consumidores que permanecem fiéis às marcas, níveis de comissões elevados, política de subscrição que alija consumidores e é contrária à inclusão social, termos e condições enganosas, conteúdos pouco claros, entre outros tópicos para os quais o órgão de supervisão promete respostas modernizadoras.

AVANÇOS NO BRASIL

Ainda que o indicador de concentração não possa dar todas as respostas, o 7º Relatório de Análise e Acompanhamento dos Mercados, disponível no site da Susep, mostra que o mercado brasileiro está mudando quando o assunto é concentração. O estudo avalia o avanço dos mercados brasileiros de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros que vêm experimentando grande avanço no que se refere à gama de produtos oferecidos nos últimos 15 anos, até 2018, dedicando uma boa parte a analisar o comportamento da concentração.

O estudo vê um decréscimo na participação das cinco maiores empresas em quatro exercícios compreendidos entre 2002 e 2018. Excluindo o VGBL, a participação delas recuou ao longo desse tempo de 38%, em 2002, para 31%, em 2018, pelo conceito de prêmios diretos. Pelo critério de grupo econômico, o recuo em pontos percentuais foi ainda maior. O grupo dos cinco maiores saiu de um market share de 53%, em 2002, em prêmios diretos para 43%, em 2018.

A despeito dos números, o fato é que o mercado de seguros prossegue sua revolução silenciosa, adotando medidas para aumentar a produtividade, reduzir custos e processos e oferecer melhores produtos e serviços. A inovação tecnológica é um dos instrumentos estratégicos nessa guinada para o seguro estar cada vez mais ao lado do consumidor, com produtos para todos os perfis de clientes.

EXIGÊNCIAS DA LEI PODEM ALAVANCAR SEGUROS CIBERNÉTICOS

Produtos voltados para a proteção de dados pessoais ganharão musculatura a partir da entrada em vigor da LGPD, prevista para maio de 2021.

Inicialmente prevista para entrar em vigor em agosto de 2020, mas adiada para maio de 2021, em virtude da pandemia, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) pode ser considerada o marco legal para a proteção de informações pessoais no Brasil. A regulamentação não apenas salvaguarda dados (nome, endereço, e-mail e registros financeiros), como assegura mais controle ao cidadão ao determinar normas para coleta, processo e compartilhamento dessas informações.

E as empresas brasileiras estão preparadas para as mudanças? Aparentemente, não. Um levantamento da Serasa Experian, de 2019, com 508 empresas de diversos portes e setores econômicos, constatou que 85% delas ainda não tinham condições de garantir as condições previstas na LGPD. No mercado de seguros, contudo, “as empresas já estão promovendo as mudanças necessárias para adequação às exigências da lei, cientes de sua importância em prol da continuidade dos negócios”, afirma a advogada Marcia Cicarelli, sócia da Demarest Seguros e Resseguros.

**“A LGPD
contribuirá
muito para o
aprimoramento da
cultura de proteção
de dados no Brasil.
As empresas terão
que revisar seus
controles internos,
as regras de
compliance e
de governança.”**

Gustavo Galvão, FenSeg

● ● ● CYBER LIABILITY

Neste cenário, fica evidente que há espaço para o setor de seguros crescer. Globalmente, o chamado Cyber Liability é estimado em mais de US\$ 4 bilhões – R\$ 17,2 bilhões na cotação de meados de fevereiro. No Brasil, em 2019, a Susep criou o Ramo 0327 (riscos cibernéticos) pelo qual é possível mensurar o segmento. Porém, até novembro do ano passado, essa modalidade alcançava apenas R\$ 19 milhões em prêmios, valor considerado baixo em um mercado que movimenta, no País, mais de R\$ 400 bilhões, segundo a autarquia.

“A cobertura do seguro cibernético, em geral, contempla a indenização a terceiros e ao segurado, além do reembolso dos custos decorrentes de incidente de segurança (danos de imagem ou interrupção do negócio, por exemplo), ambos nos limites contratuais. O seguro cibernético também conta com serviços agregados para a mitigação do risco e apoio em caso de gestão de crise, como auxílio na identificação e preservação dos

“Pesquisa mostra que as empresas já estão promovendo as mudanças necessárias para adequação às exigências da lei, cientes de sua importância em prol da continuidade dos negócios.”

Marcia Cicarelli, Demarest Seguros

dados, consultoria jurídica e de imagem”, exemplifica a advogada Glauce Carvalhal, Superintendente Jurídica da CNseg.

As seguradoras, por sua vez, estão se mobilizando em diversas frentes, como a ampliação da oferta de seguros de risco cibernético, por meio da maior capacitação dos corretores de seguros e do aumento do número de seguradoras nesse segmento; o debate, nos grandes eventos do setor, do risco cibernético e das modalidades de seguros para fazer frente a essa ameaça; o serviço de mapeamento de vulnerabilidades, oferecido por profissionais especializados; a recomendação de medidas a serem tomadas para gerenciar riscos e fazer frente às novas obrigações e responsabilidades oriundas da LGPD; e a redução do risco cibernético silencioso nos contratos tradicionais de seguro.

“Assim que estiver em pleno vigor, a LGPD contribuirá muito para o aprimoramento da cultura de proteção de dados no Brasil. As empresas terão que revisar seus controles internos, as regras de compliance e de governança corporativa”, afirma o economista Gustavo Galrão, coordenador da Comissão de Linhas Financeiras da FenSeg.

INFORMAÇÕES SENSÍVEIS

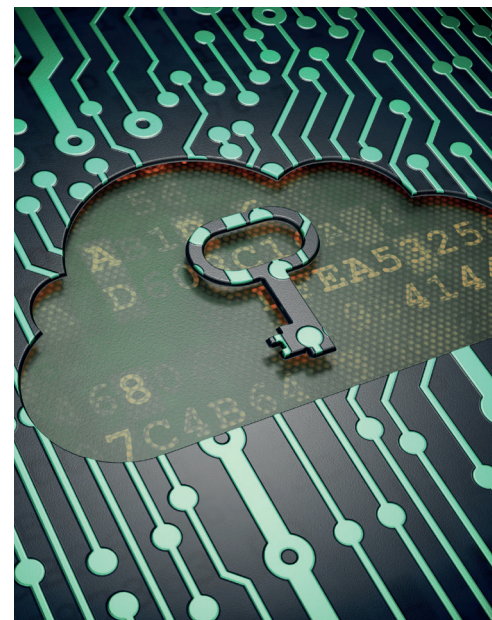
A questão maior envolve a resolução de uma contradição inerente à própria relação da LGPD com os seguros em geral: ao mesmo tempo em que garante mais segurança aos indivíduos, abrindo espaço para novas formas de proteção, ela reforça as garantias dos dados pessoais, matéria-prima das seguradoras, que, tanto para clientes pessoais como corporativos, trabalham com base em informações sensíveis.

“Por isso, há grande movimentação entre seguradoras, corretoras, representantes de seguro, estipulantes e todos os demais players, para se adequarem às normas regulamentadas pela LGPD”, observa Marcia Cicarelli.

A adequação às novas normas passa, por exemplo, pelo mapeamento do fluxo de dados, que permite identificar quais informações são coletadas, quem as recolhe, para quem são repassadas, onde ficam armazenadas e em que níveis de segurança, entre outros fatores. Em uma segunda etapa, os dados recebem uma classificação que os enquadre nos parâmetros legais necessários para que possam ser usados. Por fim, as empresas têm que revisar todos os documentos relacionados à LGPD e, se for o caso, elaborar novas normas.

“Da mesma maneira que adotamos medidas preventivas no mundo real, a segurança no mundo virtual dependerá em grande parte das precauções que tomamos, por exemplo, de deletar um e-mail suspeito ou de comprar produtos apenas em sites conhecidos. Contudo, mesmo que todas as medidas existentes sejam adotadas, a segurança nunca será totalmente garantida”, observa Gustavo Galrão. “No momento, a maior contribuição que o mercado de seguros pode dar é conscientizar os clientes sobre esse risco cada vez mais complexo e presente na vida de pessoas e empresas.”

Na avaliação de Glauce Carvalhal, nunca é demais reiterar a necessidade de se tomar cuidados básicos de segurança, como estar atento a e-mails e mensagens recebidas, evitar o compartilhamento de senhas, manter os sistemas de celular e computador atualizados e utilizar sempre antivírus. Precauções que valem tanto para pessoas físicas quanto jurídicas e que ganham, com a LGPD, maior respaldo legal.



“A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais é um novo paradigma para a sociedade. A sociedade está mais atenta e consciente, após as notícias de vazamento de dados publicadas, da necessidade de se proteger os dados pessoais. É possível perceber que as empresas estão avançando na implementação da lei, com vistas a garantir a privacidade e a segurança das informações de cada cidadão”, conclui.

“A cobertura do seguro cibernético, em geral, contempla a indenização a terceiros e ao segurado, além do reembolso dos custos decorrentes de incidente de segurança, nos limites contratuais.

Glauce Carvalhal, CNseg

OS RISCOS DO EQUILÍBRIO DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA NO MUNDO

Diversos fatores, como avanço da economia digital e queda da taxa de fecundidade, poderão afetar os sistemas públicos e exigir novas reformas no futuro.

No plano global, os sinais de aumento das dificuldades de acolher e proteger pessoas são crescentes e pressionarão os países por novas reformas. O sistema previdenciário de economias maduras não terá dias tranquilos nas próximas décadas no que diz respeito a equilíbrio de suas contas. Nem há qualquer garantia de que países que acabam de concluir reformas em sua previdência social, como o Brasil, vão se livrar de novas variáveis que poderão corroer a solidez dos modelos públicos de aposentadorias.

Para fins de predição, a equação da previdência terá que aferir as consequências das novas tendências digitais, globais, acompanhar mudanças demográficas e seus impactos negativos na taxa de crescimento das economias, além de considerar os efeitos climáticos e seus riscos de disfunção de atividades econômicas.

São todos fatores de riscos para os atuais sistemas públicos de previdência de diversas nações, diz estudo sobre o tema da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A reforma da Previdência Social feita pelo Brasil foi profunda, mas insuficiente. Tendo em vista as premissas

mencionadas pela OCDE (mudanças digitais, globais, demográficas e climáticas) muito provavelmente vão se concretizar, não só o Brasil como também todo o mundo vão precisar fazer novas reformas para ajustá-las a essas variáveis”, reconhece Hélio Zylberstajn, professor sênior da Universidade de São Paulo (USP).

Professora dos MBAs da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economista Myrian Lund concorda com uma sucessão global de reformas nos modelos de previdência nos próximos anos ou décadas. Tudo porque há três pressupostos que indicam futuro desequilíbrio na previdência pública. O primeiro é de que, em vez de mais, haverá menos jovem trabalhando e, ao mesmo tempo, mais pessoas inativas. O segundo é que a longevidade das pessoas, “algo que ninguém imaginou”, fará com que existam pessoas recebendo pensões por mais tempo do que trabalharam, pressionando as despesas da previdência. O terceiro refere-se ao juro real, que está em queda e reduz os rendimentos das aposentadorias.

“Há 20 anos, o ganho real dos fundos era de 20% reais, recuou para 10% há dez anos; e hoje o ganho real nem chega a 1%. É justamente o ganho real que garante que seu dinheiro esteja

crescendo e remunerará sua aposentadoria de forma adequada em relação a sua sobrevivência na inatividade”, assinala.



ENDIVIDAMENTO EXTREMO

O tom de insustentabilidade dos regimes de previdência pública parece cristalino. André Marques, coordenador-executivo do Centro de Gestão e Políticas Públicas do Insper, reconhece que, no plano global, os sinais de maiores dificuldades de acolher e proteger pessoas são crescentes na previdência pública. Na verdade, já é uma realidade em alguns países, como Grécia, Portugal, França, que atingiram ou atingem extremos de endividamento, em grande parte decorrente de despesas previdenciárias. “A magnitude do problema é diferente em cada país, mas o filme ‘eu sou você amanhã’ será repetido em todas as nações, porque a espinha dorsal do desequilíbrio fiscal é muito parecida”, afirma Marques.

A OCDE reitera que os cidadãos vão precisar assumir responsabilidade pessoal e contribuir mais e por períodos mais longos, para ter uma renda adequada na aposentadoria.



Esse desafio, entre as economias mais desenvolvidas, deverá ser maior para países como Japão e Itália, nos quais o fenômeno da longevidade vai se intensificar nas próximas décadas. Em 2060, em cada grupo de 100 pessoas, haverá 83,3 com mais de 65 anos no Japão e 75,6, na Itália. “Essa tendência de acelerado envelhecimento da população, ao lado da inanição da taxa de natalidade, impactará profundamente a economia desses países”, assinala o consultor Andrew Reilly, analista de pensões da Diretoria de Empregos, Trabalho e Assuntos Sociais da OCDE.



PERFIL DEMOGRÁFICO

No Brasil, estudo da Fiesp projeta que a população de idosos saltará dos atuais 7,8% para 11,4% em 2030. O mundo, incluindo o Brasil, sairá dos atuais 608 milhões para 836 milhões, provocando esse novo perfil demográfico profundas transformações da demanda mundial. O trabalho sobre macrotendências da Fiesp assinala que a taxa de envelhecimento da população brasileira continuará acima da média mundial.

Um quadro dramático, com evidente necessidade de recursos adicionais à previdência pública, ainda mais com a contração da força de trabalho no futuro como consequência da redução da taxa de natalidade. A conta disso ficará a cargo da mão de obra ativa das próximas décadas, já que, do contrário, o nível de endividamento das dívidas públicas crescerá, gerando mais pressões de gastos e déficits insustentáveis.

O estudo da OCDE prevê três saídas para a maioria dos modelos que têm no DNA o regime de repartição simples. Será necessário elevar a idade mínima das aposentadorias, ampliar as alíquotas das contribuições e, no limite, reduzir os tetos dos benefícios. No caso dos modelos de contribuição definida, não há medidas específicas apontadas pela OCDE.

Tidas como fatores transformadores do futuro das economias e das pessoas, as variáveis digitais, demográficas, climáticas e globais confrontam os pilares dos atuais sistemas de pensão da grande maioria dos países da OCDE, que têm como base estabilidade no emprego e contribuições regulares à seguridade e uma tábua de mortalidade que ainda ignora o fenômeno da longevidade, pressionando ainda mais as contas da previden-



“Tendo em vista as premissas elencadas pela OCDE (mudanças digitais, globais, demográficas e climáticas), todo o mundo vai precisar fazer novas reformas para ajustá-las a essas variáveis.”

Hélio Zylberstajn, USP



“A magnitude do problema é diferente em cada país, mas o filme ‘eu sou você amanhã’ será repetido em todas as nações, porque a espinha dorsal do desequilíbrio fiscal é muito parecida.”

André Marques, Insper

cia. A convivência com déficits crescentes na previdência parece ser um dilema para os países à medida que sua população envelhece, ao lado do desafio de oferecer aposentadorias confortáveis a seus idosos.

Para o professor Zylberstajn, as dificuldades previstas pela OCDE demonstram que os países dependerão de um novo modelo de previdência, em linha com as profundas mudanças nos modelos de produção e, em consequência, das formas de trabalho. “Não adianta recomendar o modelo que está aí hoje. Precisamos fazer uma reforma meia sola para trás para a atual mão de obra ativa, com aumento da idade mínima e redução do teto e, ao mesmo tempo, precisamos construir um novo modelo de previdência de aposentadoria para os trabalhadores que ingressarem no mercado de trabalho a partir de agora”, diz ele, recordando o modelo de nova previdência proposta pela Fipe, com seus quatro pilares.

A seu ver, esse novo modelo tem de ser modesto e multipilar. O primeiro pilar tem de ser não contributivo, porque muitas pessoas não terão condições de contribuir suficientemente ao longo de vida produtiva, mas vão envelhecer. E elas precisam ser atendidas. Ofereceria um benefício incondicional não contributivo, com fixação de idade mínima.

O segundo pilar, que se somaria ao primeiro, seria o modelo de repartição, com benefícios pequenos. Um terceiro pilar seria de capitalização compulsório, também pequeno. E o último pilar também de capitalização, mas voluntário. O benefício do primeiro pilar, não contributivo, seria financiado pelo Tesouro. O do segundo pilar seria financiado pelas contribuições em regime de repartição.

O terceiro e o quarto pilares funcionariam em regime de capitalização.



PLATAFORMAS DE MOBILIDADE

O levantamento deixa claro que há uma conexão direta entre as novas formas de trabalho e o bem-estar da previdência pública dos países da OCDE. A crescente participação de empregos oferecidos por plataformas de mobilidade, au-

mento dos trabalhadores informais e os por conta própria são sinalizações relevantes de que a previdência formal enfrentará turbulências, destaca o trabalho da OCDE.

O estudo mostra que as plataformas de mobilidade já respondem por algo entre 0,5% e 3% dos empregos nos países desenvolvidos, atraindo principalmente os mais jovens. Há ainda um enorme contingente de trabalhadores ocupados de forma intermitente ou por conta própria, que representam mais de um terço dos empregos nesses países.

O Brasil parece convergir para as macrotendências globais no campo do emprego. Dados mais recentes do IBGE mostram que 41,1% da força de trabalho brasileira é informal e representa mais da metade dos trabalhadores em 11 estados brasileiros. O chamado emprego precário ou pervertido não só limita o crescimento – 41 milhões na informalidade, 11 milhões de desempregados e 26 milhões subutilizados – como também escancara o tamanho do problema nas próximas décadas.

Para Hélio Zylberstajn, empregos tradicionais estão desaparecendo em todo o mundo, em virtude das novas formas de produção geradas pela revolução tecnológica. “Cada vez mais, as pessoas terão ocupação de curta duração e vão transitar no mercado de trabalho. Por essa razão, a reforma da previdência para o novo modelo dos quatro pilares deveria ser feita amanhã, porque os novos trabalhadores não estarão protegidos de outra forma.”

Há o custo de transição de um modelo para o outro, mas que será ainda mais oneroso à proporção que seja adiada. Pelo seu modelo, os trabalhadores nascidos a partir de 2000 já deveriam fazer parte da nova previdência dos quatro pilares, que, a seu ver, será uma tendência mundial nas próximas décadas.

Já André Marques acha que o Brasil, após a reforma promulgada no ano passado, ganhou sobrevida para adiar as mexidas que se alinham ao admirável mundo novo tecnológico. Os impactos da atual reforma serão visíveis nos próximos três, quatro ou cinco anos, gerando alguma calma que outros países talvez não tenham mais. Mas o tempo de ajuste virá, reconhece.



“As políticas públicas de educação financeira serão fundamentais nos cenários globais para a previdência pública. O cidadão terá de assumir o protagonismo de sua vida financeira.”

Myrian Lund, FGV

“As políticas públicas de educação financeira serão fundamentais nos cenários globais para a previdência pública. O cidadão terá de assumir o protagonismo de sua vida financeira”, sintetiza Myrian Lund, numa frase que, entre outras coisas, significará retirar no mínimo 10% de seu rendimento mensal para sua aposentadoria e fazer escolhas de aplicações de forma assertiva, e buscar ganhos que, em valores presentes, sejam da ordem de 5% reais ao ano. Algo nada fácil em tempos de juros negativos ou extremamente baixos no mundo. Correr riscos fará parte da rotina nesse campo.

Por fim, há o consenso de que a previdência privada será um porto seguro nesse futuro de incertezas. A afirmação é da Unsurance Europe, a entidade que congrega o mercado segurador da União Europeia. “As seguradoras são grandes fornecedoras de pensões profissionais e pessoais, cumprindo suas promessas de longo prazo para aqueles que economizam durante a vida profissional”, sintetiza. A ideia é garantir que os europeus economizem o suficiente, economizem bem e com sabedoria para a aposentadoria. Tarefa desafiante para as empresas de previdência de todo o mundo.

MUNDO DOS GAMES: A FANTÁSTICA MÁQUINA DE FAZER DINHEIRO

Grandes empresas já associam suas marcas a esse mercado milionário, que começa a chamar a atenção também das seguradoras.

A indústria dos *games* ainda é um mercado de potencial desconhecido para alguns segmentos econômicos, como o de seguros. Apesar do vocabulário complicado, das tecnologias sofisticadas empregadas e dos jogos pouco compreendidos por parcela significativa da população, trata-se de uma máquina de fazer dinheiro. No ano passado, movimentou cerca de US\$ 152 bilhões no mundo, constata levantamento feito pela Newzoo, plataforma de pesquisa voltada para *games*. No Brasil, esse mercado já responde por US\$ 1,5 bilhão, o dobro da década anterior, crescendo mesmo no cenário que incluiu crise econômica (e baixa expansão do PIB na sequência) e manutenção de elevada taxa de desemprego, principalmente entre os jovens.

Os *games* podem abreviar o caminho para oferecer coberturas e, de forma subliminar, conscientizar os millennials sobre a importância do seguro diante dos infortúnios. Não é missão fácil. Mas a perspectiva de números ainda melhores nos próximos anos exige que o radar do seguro se volte ao segmento, buscando entender suas

necessidades, a exemplo do que já fazem diversos outros players atraídos por uma cadeia com vocação irrefreável de crescer.

O Brasil ocupa 13º lugar no mercado de *games* no mundo e deve integrar a lista dos dez maiores nos próximos anos, considerando-se uma taxa de expansão de 5,3% até 2022, como projeta a PwC.

Autor do livro “Esporte: Usina de Sonhos e de Bilhões”, o jornalista Claudio Nogueira afirma que os grandes eventos como os eGames, que são as Olimpíadas dessa modalidade, e campeonatos nacionais e regionais atestam o quanto os eSports têm crescido de forma planetária. “Prova disso é que, em 2019, a modalidade alcançou um público mundial de 450 milhões de pessoas, e a tendência, claro, é que isso cresça ainda mais, já que as crianças praticamente ‘nascem’ com celulares e computadores na mão. Não é difícil imaginar o quanto os eSports movimentam e como servem de motor para um mercado crescente, atraindo patrocínios e outras ações das empresas, inclusive seguradoras”, assinala ele, para quem o coração desse mercado é o público, que cria um vínculo forte com a marca ou a empresa de que gosta.

O Brasil ocupa 13º lugar no mercado mundial de *games* e deve integrar a lista dos dez maiores nos próximos anos, considerando-se uma taxa de expansão de 5,3% até 2022.



“Não é difícil imaginar o quanto os eSports movimentam e como servem de motor para um mercado crescente, atraindo patrocínios e outras ações das empresas, inclusive seguradoras.”

Cláudio Nogueira, jornalista



CADEIA PROMISSORA

Não é por acaso que a Netflix já afirma que seus concorrentes não são mais empresas como HBO ou Disney, mas sim a indústria de videogames. E as empresas tradicionais começam a se mexer em torno dessa promissora cadeia de entretenimento. O Banco do Brasil, por exemplo, criou um consórcio para que os amantes de jogos eletrônicos possam montar um PC ou equipamentos para jogar. Já há patrocinadores de equipes de jogos eletrônicos e jogadores com salários milionários em um país em que a grande maioria recebe até R\$ 2 mil.

Já há precedentes dessa aproximação do seguro com os games. Em 2016, um seguro de acidentes pessoais foi criado por uma seguradora de Israel para os jogadores do “Pokémon Go”, aquele joguinho que virou febre no mundo, mas também gerou inúmeros acidentes, alguns fatais, com pessoas envolvidas na perseguição ao personagem.

Nos últimos anos, o grande expoente desse mercado foi Fortnite: Battle Royale, um jogo

de tiro no qual os jogadores caem em uma ilha e precisam procurar recursos para construir edificações e sobreviver até o final da partida. Em razão desse game, de acordo com o site Game Industry, a Epic Games saltou de US\$ 825 milhões para uma gigante de US\$ 8 bilhões em valor de mercado em 2018 – algo em torno de R\$ 34 bilhões, pela cotação do dólar no final de janeiro. Originalmente, o jogo era uma versão gratuita lançada para alavancar as vendas de Fortnite: Save The World, uma aventura em que a premissa era construir fortes para se defender de monstros e do fim do mundo.

O sucesso da versão gratuita foi tão grande que acabou atrapalhando a versão paga. Estagnado nas prateleiras virtuais, o jogo tem planos para tornar o modo *off-line* gratuito em breve. Mas a popularização abrupta de Fortnite não ficou estagnada somente no jogo online. Com o game tornando-se um *hit*, a Epic Games chegou a licenciar brinquedos inspirados em visuais clássicos do jogo, além de uma linha especial das armas de brinquedo NERF, baseadas nas armas do game.



“No ecossistema de eSport, principalmente, as chamadas empresas endêmicas e as não-endêmicas, que têm olhado cada vez mais para esse mercado, não param de crescer.”

Bruna Balbino, Pain Gaming

Como a tecnologia está em constante evolução, quem faz parte desse universo sente vontade de acompanhar os avanços tecnológicos que envolvem o mundo dos games.

POTENCIAL DE CONSUMO

De filas para comprar um aparelho novo a arenas lotadas em competições de esportes eletrônicos, o “gamer” é um público com alto potencial de consumo e é nisso que as empresas estão investindo. Esse mercado, apesar de parecer distante das marcas convencionais, atrai cada vez mais marcas não-endêmicas – empresas que não se relacionam com o assunto.

Bruna Balbino, head of Costumer Services da Pain Gaming, confirma o avanço das marcas de fora do universo dos games, tendência que se consolida de forma acelerada. “No ecossistema de eSport, principalmente, as chamadas empresas endêmicas (da área de games e tecnologia) e as não-endêmicas, que têm olhado cada vez mais para esse mercado, não param de crescer. Os maiores exemplos são os bancos digitais e tradicionais, montadoras de veículos e empresas alimentícias e de cuidados pessoais, como o caso das lâminas de barbear”, explica.

Desde 2018, a Brasil Game Show, a maior feira do setor na América Latina, passou a contar com o patrocínio do Banco do Brasil, que ofereceu aos clientes a oportunidade de comprar ingressos com desconto para a feira, além do acesso antecipado ao evento. Essa movimentação de algum grande player de outros segmentos econômicos abre os olhos dos principais concorrentes em cada ramo de atividade, potencializando novos negócios.

Este ano, também a Claro lançou o Claro Gaming, internet banda larga voltada para jogadores. Além de oferecer maior velocidade, o pacote inclui descontos em marcas de periféricos, como mouses, teclados ou headsets.

A Pain Gaming, equipe de esportes conhecida pelo seu desempenho no cenário do jogo League of Legends, tem como um dos seus patrocinadores a BMW. A Pain também estampa a marca da Coca-Cola em seu uniforme, além de parcerias recorrentes. A Omo, marca de sabão em pó, é um dos patrocinadores da INTZ, outra equipe conhecida por sua história no jogo League of Legends.

O fato de essas marcas não serem associadas a “gamers” torna-se uma estratégia interessan-

te, pois geralmente estampam campanhas em jornais ou até mesmo em camisas de time de futebol. Um dos grandes patrocinadores do Campeonato Brasileiro de League of Legends é a Gillette. A marca chegou a anunciar recentemente uma parceria com a Riot Games, empresa criadora do LoL. Para cada R\$ 20 gastos em produtos Gillette, o jogador ganha 1.100 Riot Points, moeda utilizada no jogo para comprar visuais novos para os personagens.

AVANÇOS TECNOLÓGICOS

O “gamer”, como é conhecido o jogador mais ativo, é um consumidor nato. Como a tecnologia está em constante evolução, quem faz parte desse universo sente vontade de acompanhar as novidades no mundo dos games. E é nessa necessidade de suprir as vontades do jogador que as empresas veem uma oportunidade de negócios.

Os jogadores buscam conforto, seja sentando-se em cadeiras confortáveis e caras, seja comprando mouses e teclados que sejam ergonômicos e se adaptem ao seu gosto e até mesmo monitores com qualidade em full HD para deixar a jogatina mais bonita. O gamer gosta de consumir e, o mais importante, ele faz uso direto do investimento, comprando um computador mais potente ou um videogame de última geração.

Já aí surge uma oportunidade para as seguradoras, que podem fornecer coberturas aos computadores ou aos videogames dos jogadores, incluindo proteção por dano elétrico, roubo e furto dos equipamentos, riscos esses que podem fazer os jogadores perder seu entretenimento predileto ou, muitas vezes, o próprio trabalho.

Outro segmento desse universo que merece a atenção das seguradoras é o mercado de streamers, que segue o rastro dos esportes eletrônicos e dos jogos no Brasil. **Streamers** são pessoas que transmitem suas partidas ao vivo para outras pessoas assistirem em algumas plataformas, como a Twitch ou o Facebook. E como são dependentes de uma máquina potente – e cara – para transmitir e interagir com o público ao mesmo tempo, ter uma peça



queimada ou o computador inteiro devido a uma pane elétrica é um baque que influencia diretamente o trabalho dessas pessoas.

Saindo um pouco dos computadores, outra sensação atualmente no País é o Free Fire. O jogo de tiro para celular está em plena ascen-

Outro segmento desse universo que merece a atenção das seguradoras é o mercado de *streamers*, que segue o rastro dos esportes eletrônicos e dos jogos no Brasil.

são no Brasil. Em novembro de 2019, o Brasil sediou duas finais presenciais do jogo. A final da Pro League Free Fire aconteceu na Jeneuse Arena no Rio de Janeiro e contou com o Corinthians como o grande vencedor. O time brasileiro ainda fez a dobradinha e conseguiu erguer a taça de campeão mundial no final de semana seguinte.

A transmissão da final do campeonato brasileiro chegou a alcançar a marca de 1 milhão de espectadores. Entre as marcas que patrocinaram o evento, estavam a Burger King e o Banco Digital Next.

PROTEÇÃO DO SEGURO

Mas onde o mercado de seguros entra nessa história? A exemplo dos seguros para atletas profissionais, as seguradoras poderiam ajustar seus produtos para atender adequadamente os jogadores eletrônicos. Afinal, eles também sofrem,

vez por outra, lesões que os impedem de “entrar em campo”, correm riscos de acidentes pessoais e fazem falta aos clubes.

Com a pressão de torneios e campeonatos, aliada a uma rotina de treinos, uma saída para esses jogadores seria ter uma apólice que protegesse, tanto o jogador quanto a equipe, em caso de uma lesão ou uma pausa abrupta na carreira. Investir no esporte eletrônico é algo que pode parecer incerto ou inusitado, mas esse é um mercado em grande expansão no País.

Há muitos caminhos para estar no entorno da indústria de *games*. “Acho que todos são bem-vindos”, assinala Bruna Balbino, para quem “cada marca tem que entender qual a melhor maneira de se comunicar com público e fazer um *awereness* desde cedo para o público lembrar de todo o *storytelling* e de todas as campanhas, patrocínios da empresa que planeja cativar a paixão dos amantes dos jogos eletrônicos”. Bora jogar?

SEGURO RURAL TEM CAMPO ABERTO PARA CRESCER NO PAÍS

Diante dos riscos climáticos e econômicos, o incremento do seguro na agropecuária desponta como fator decisivo para o fortalecimento do setor.

Depois de produzir números recordes em 2019, o agronegócio brasileiro segue embalado por projeções positivas. Para 2020, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) projeta em R\$ 674,8 bilhões o faturamento do setor – 7% acima dos R\$ 630,9 bilhões obtidos no ano passado, correspondentes à maior receita da história. A agropecuária vive boas perspectivas em quesitos como financiamento e gestão de riscos, que tem como estímulo o apoio do Governo à difusão do seguro rural.

Por trás das expectativas para 2020 estão as estimativas do Ministério para o Valor da Produção Agropecuária (VPB), soma do dinheiro que ultrapassa as porteiras com base no desempenho produtivo e nos preços previstos para o ano. No caso das lavouras, o crescimento esperado é de 4,6%, com destaque para o café e a soja; na pecuária, a alta aguardada é de 11,3%. Nesse segmento, o salto mantém a curva ascendente aberta em 2019, decorrente do aumento das exportações de carne para a China.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) também acredita que o ano será promissor. Apostando no avanço da pecuária e na produção recorde de grãos e fibras na safra 2019/2020, livre de adversidades climáticas decorrentes dos fenômenos El Niño e La Niña, a entidade conta com alta significativa do VBP da soja, do milho e da cana-de-açúcar, assim como da carne. Para a CNA, a melhoria dos indicadores macroeconômicos, associada à redução dos juros e ao controle da inflação, pode alavancar o financiamento privado no setor.

Os dados oficiais do crédito agropecuário têm sido animadores. Nos sete primeiros meses do Plano Safra 2019/2020 (julho do ano passado a janeiro), os produtores rurais tomaram R\$ 116,7 bilhões em créditos nas instituições financeiras para custeio, comercialização, industrialização e investimentos, segundo o MAPA. O balanço divulgado em fevereiro pela pasta aponta que os financiamentos agropecuários cresceram 8% na comparação com o mesmo período da safra passada.



RISCOS NO RADAR

O agronegócio não está imune, porém, a reveses decorrentes de fenômenos climáticos e de solavancos da economia global, como o causado pela epidemia do novo coronavírus, desencadeada na China. “Isso faz com que aquele país, segunda maior economia mundial, venha a se fechar para o trânsito de pessoas e provavelmente de insumos agrícolas de outros países, o que pode fazer com que a produção brasileira seja afetada”, observa o especialista em economia internacional Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e fundador da consultoria Cedes.

Os chineses, principais destinatários dos produtos brasileiros, responderam por 29% das exportações do Brasil em 2019, de acordo com o Ministério da Economia. Petróleo e minério de ferro somaram 45% das vendas à China, mas a soja, sozinha, representou 30%, seguida de longe por commodities agropecuárias como a carne, que teve demanda elevada pela peste suína e a



“O Brasil tem assumido posturas de abertura comercial, muitas vezes unilateral, facilitando importações, e isso pode ter reciprocidade por parte dos importadores dos produtos brasileiros.”

Ecio Costa, UFPE

gripe aviária naquele país, no ano passado. Afetada pelo combate ao coronavírus, a economia chinesa tende a desacelerar, com efeitos imprevisíveis sobre o agronegócio do Brasil.

No caso das mudanças climáticas, a agropecuária brasileira mantém o estado de alerta diante do risco de inundações e estiagens atípicas. A apreensão está sintonizada à de governos e mercados em relação ao tema, segundo o Relatório de Riscos Globais 2020, divulgado no Fórum Econômico Mundial, em Davos, Suíça, em janeiro. Pela primeira vez, os cinco principais pontos de preocupação do encontro apareceram associados a questões ambientais, incluídos os eventos climáticos de extrema severidade, como tempestades e enchentes.

Nesse contexto, em face de polêmicas em torno da Amazônia, Ecio Costa assinala o risco de restrições ambientais ao agronegócio nacional. “Se a questão ambiental continuar sendo trazida à tona, pode ser que alguns grupos multinacionais ou países venham a impor condições para importar produtos do Brasil”, alerta. Quanto a barreiras protecionistas, ele considera pouco prováveis. “O Bra-

sil tem assumido posturas de abertura comercial, muitas vezes unilateral, facilitando importações, e isso pode ter reciprocidade por parte dos importadores dos produtos brasileiros”, avalia.



MAIS PROTEÇÃO

Diante dos riscos climáticos e econômicos, o incremento do seguro na agropecuária desponta como fator decisivo para o fortalecimento do setor. “O seguro rural é importante ferramenta de proteção para que os produtores possam investir com a segurança de que poderão dar continuidade às atividades, mesmo com as adversidades climáticas”, assinala a assessora técnica da Comissão Nacional de Política Agrícola da CNA, Fernanda Schwantes, acrescentando que a entidade vem discutindo com seguradoras o desenvolvimento desse segmento.

Os números de 2019 do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que custeia parte do valor das apólices, demonstram a expansão da demanda por essa cobertura. Dos 58 mil produtores beneficiados, 56,8 mil (98%)



O seguro rural é importante ferramenta de proteção para que os produtores possam investir com a segurança de que poderão dar continuidade às atividades, mesmo com as adversidades climáticas.”

Fernanda Schwantes, CNA

eram pequenos e médios e 13,9 mil (24%) que contrataram o seguro pela primeira vez. Em 95 mil apólices, a importância segurada pelos R\$ 440 milhões aplicados pelo PSR foi de R\$ 20 bilhões, em 6,9 milhões de hectares – o dobro da área de 2018. Na média, cada contrato recebeu R\$ 4,6 mil (35% do valor).

Embora a dotação do PSR em 2019 tenha superado em 18% a do ano anterior, a CNA considera que os recursos ficaram muito aquém das necessidades do setor agropecuário. Diante do potencial de contratação do seguro rural em diversos ramos de atividade, as subvenções do PSR deveriam somar R\$ 1,6 bilhão, de acordo com levantamento feito pela Confederação em parceria com o Grupo de Estudos em Seguros e Riscos (Geser) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP).

“Com esses recursos, seria possível garantir subvenção ao seguro para 166 mil produtores, com 316 mil apólices, cobrindo 20,2 milhões de hectares e R\$ 68 bilhões de importância segurada”, diz Fernanda Schwantes, relacionando os ramos de soja, milho, trigo, arroz, café, maçã, uva e pecuária de corte. A demanda, aponta a assessora da CNA, aparece em dados da Superintendên-

cia de Seguros Privados (Susep) sobre o seguro rural: de R\$ 4,9 bilhões em prêmios de janeiro a novembro, somente R\$ 1,3 bilhão tiveram subvenção do PSR.

Neste ano, o PSR dispõe de R\$ 1 bilhão para o seguro de 60 culturas e atividades, operado por 14 companhias credenciadas, em todo o País. O volume de recursos é o maior da história do programa e, de acordo com o Ministério da Agricultura, deve apoiar a contratação de 250 mil apólices, com R\$ 50 bilhões de valor segurado, em 18 milhões de hectares. Com subvenções entre 20% e 40%, mais produtores devem ser atendidos neste ano, graças a mudanças de regras como a redução do limite de contratação na modalidade agrícola, de 72 mil para R\$ 48 mil.



Já há aumento da procura pelo seguro agrícola com maior intensidade. Parte da procura deve-se à repercussão das perdas causadas por eventos climáticos recentes a agricultores do Paraná e Rio Grande Sul.”

Joaquim Neto, FenSeg





CORRIDA AO SEGURO

O reforço orçamentário para o PSR, demonstrando na prática a disposição do Governo de fortalecer o seguro rural como instrumento da política agrícola e pecuária, vem recebendo resposta positiva no setor. “Já há aumento da procura pelo seguro agrícola com maior intensidade. Parte da procura deve-se à repercussão das perdas causadas por eventos climáticos recentes a agricultores do Paraná e Rio Grande Sul”, afirma o Presidente da Comissão de Seguro Rural da FenSeg, Joaquim Neto.

De novembro a janeiro, a mais severa estiagem da década nesse período do ano acarretou prejuízos para milhares de produtores gaúchos. De acordo com o Ministério da Agricultura, as perdas em lavouras de milho, soja e uva levaram os agricultores a efetuar 6,7 mil comunicados de sinistros para recebimento do seguro rural e da cobertura do Programa de Garantia da Atividade

Agropecuária (Proagro). Em todo o estado, 41% da área de soja, 50% da de milho e 60% da de uva tinham como mitigadores de riscos o seguro rural e o apoio do Proagro.

Números como esses indicam que seguro rural tem campo aberto para crescer no País, impulsionando o avanço da produção. “A partir do momento em que contrata um seguro agrícola, o agricultor pode dar essa cobertura em garantia de um financiamento ou da compra de insumos”, diz Joaquim Neto, da FenSeg. Ele destaca ainda o apoio do seguro para a permanência do produtor na atividade, em caso de perda na safra. “Quando ele tem um seguro, a indenização ocorre em até 30 dias, impedindo que os danos perdurem nas safras seguintes.”

A expansão do seguro rural impõe ao mercado segurador o aperfeiçoamento constante. A assessora da CNA afirma que “o setor tem demandado das seguradoras a criação e a melhoria de produtos de seguro principalmente para as

atividades pecuárias”, observando que algumas companhias trabalham para oferecer a cobertura de atividades aquícolas e impulsionar o seguro paramétrico. “A procura crescente está relacionada não apenas à maior dotação de recursos em 2020, mas também a melhorias nos produtos de seguro e na percepção de riscos pelos produtores rurais e segmentos que financiam a atividade.”

Para 2021, o MAPA espera obter da área econômica do Governo a elevação da dotação do PSR para R\$ 1,5 bilhão, de forma a fazer do seguro rural o principal instrumento mitigador dos riscos climáticos na agropecuária. Em apoio ao esforço do mercado segurador para aprimorar os produtos e serviços destinados ao setor, o Ministério está criando mecanismos para acolher demandas dos produtores e planejando um cadastro nacional de peritos agrícolas, que vão receber capacitação e certificação por meio do programa Agro Gestão Integrada de Riscos (Agir), do projeto Promoção do Seguro Rural.

UMA DÉCADA DE INCENTIVO À INOVAÇÃO EM SEGUROS

Iniciativa leva os profissionais do setor a refletir sobre os novos padrões de consumo no cotidiano.



O Prêmio Antonio Carlos de Almeida Braga de Inovação em Seguros – a mais importante premiação da área de seguros do País – chega este ano à décima edição. A Diretora-Executiva de Relações de Consumo e Comunicação da CNseg, Solange Beatriz Palheiro Mendes, explica que o Prêmio foi criado em 2011 para fomentar, no setor de seguros, um movimento de inovação que já era latente em outros mercados. “O trabalho que estamos fazendo tem servido para consolidar essa importante iniciativa da CNseg perante um ecossistema de inovação que envolve não só as empresas de seguros, mas também diferentes players que fazem parte da nossa cadeia”, diz a executiva.

Ainda segundo Solange Beatriz, um indicador de como o Prêmio Inovação vem ganhando espaço é o aumento considerável do

número de inscritos, nos últimos anos. Só em 2019, 124 inscrições foram validadas e a categoria mais disputada foi Processos e Tecnologia, com 53 trabalhos, seguida por Produtos e Serviços, com 42, e Comunicação, com 29. Em dez anos, 695 trabalhos foram avaliados e 67 premiados.

REFLEXOS PARA O CONSUMIDOR

A melhor parte é que esses projetos inovadores acabam batendo à porta do consumidor, com reflexos positivos na imagem institucional das companhias. “O Prêmio Inovação colabora para melhorar a jornada do consumidor de seguros e inspira todos os players a incluir a inovação como algo permanente na sua agenda estratégica”, comemora a executiva da CNseg.

“O Prêmio Inovação dá projeção a trabalhos inovadores, cria estímulos para revalidar modelos de negócios e mostra o engajamento de funcionários e da alta administração dos grupos seguradores.”

Solange Beatriz, CNseg



^ Foto da última edição do Prêmio
^

Ainda de acordo com Solange Beatriz, o setor de seguros é altamente propenso à inovação, pois está em linha com a demanda nesse sentido advinda do novo padrão de consumo exigido pelos consumidores: “Eles requerem agilidade em canais de atendimento e produtos sob demanda, mas também a adoção de práticas sustentáveis, o engajamento das empresas com questões sociais e o entendimento do propósito delas enquanto marca. Todos esses fatores têm promovido o reposicionamento do setor, que evoluiu muito nos últimos anos ao adotar a inovação em suas mais diversas áreas”.

Chama a atenção de Solange Beatriz que inúmeros projetos tratem de ações que minimizam impactos no meio ambiente, um tema caro ao setor, por ter relação direta com a qualidade de vida da população e aumento da resiliência das empresas e dos negócios.

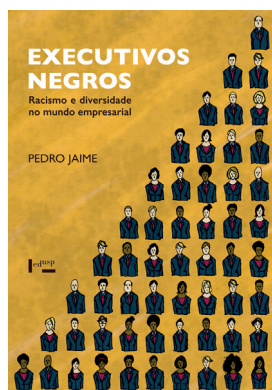
Ainda quanto à contribuição do Prêmio Inovação ao mercado brasileiro, a Diretora da CNseg afirma que a iniciativa estimula o desenvolvimento de novas práticas criadas pelos colaboradores das empresas seguradoras, o trabalho em equipe e a busca por soluções capazes de despertar no consumidor a importância do seguro no planejamento financeiro.

“Sabemos que o ativo mais importante das empresas é o capital, sobretudo o capital humano. Ter profissionais motivados a buscar a inovação de forma contínua ajuda o setor a aperfeiçoar seu relacionamento com a sociedade e contribui para o desenvolvimento de soluções que beneficiem um grande número de pessoas, algo que está na essência do papel social do seguro. O Prêmio Inovação dá projeção a trabalhos inovadores, cria estímulos para revalidar modelos de negócios e mostra o engajamento de funcionários e da alta administração dos grupos seguradores”, conclui.



Os interessados em participar da próxima edição do Prêmio Inovação logo terão acesso ao edital e ao link de inscrição no site <http://premioseguro.com.br/>.

Veja os premiados de todas as edições em: <https://eventos.cnseg.org.br/eventos/eventos-realizados/>



EXECUTIVOS NEGROS: RACISMO E DIVERSIDADE NO MUNDO EMPRESARIAL

Opinião | Alexandra Loras

palestrante internacional sobre diversidade, jornalista e ex-consuleira da França no Brasil

Em sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), o antropólogo Pedro Jaime de Coelho Júnior estudou a trajetória profissional de executivos negros no Brasil, fazendo um comparativo entre duas gerações: a que entrou no mercado de trabalho no final dos anos 1970 e a que se tornou profissional no início do século XXI.

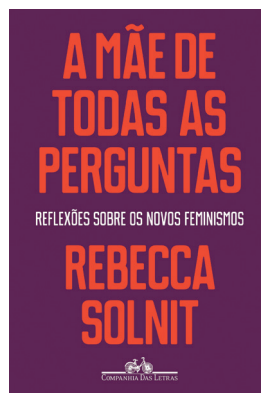
O estudo resultou em “Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial”, livro sobre os poucos cargos de poder ocupados por pessoas negras no Brasil e sobre como equipes de alta gerência têm dificuldade de ser lideradas por negros. Bem instruídos, os negros estão hoje aptos a ocupar cargos importantes. Infelizmente, muitas empresas preferem ser racistas, ignorando esse enorme nicho do mercado, por preconceito.

///Sinopse

Pedro Jaime aborda a inclusão do negro na sociedade brasileira a partir da investigação do racismo e da diversidade no contexto empresarial paulistano, dando espaço nessa obra, para as vozes de uma categoria social que denomina de “executivos negros”. Além de apresentar um levantamento numérico e qualitativo desses indivíduos e do cargo que ocupam, o autor também recorre à etnografia e à reconstrução de narrativas biográficas para mapear a trajetória profissional de duas gerações de executivos negros em São Paulo, nas quais baseia seu estudo. Deste modo, a obra capta o quadro de mobilidade desse grupo e o conjunto de fatores que a determinam, deixando em evidência as grandes mudanças na construção desses percursos profissionais entre 1970 e o começo do século XXI.

Autor: Pedro Jaime
Editora: Edusp
Ano: 2017

Palestras: +55(11) 98977-3643
Instagram @alexandraloras
www.buxclub.com.br/alexandra-loras



A MÃE DE TODAS AS PERGUNTAS - REFLEXÕES SOBRE OS NOVOS FEMINISMOS

Opinião | Claudia Werneck

Fundadora e Superintendente-Geral da Escola de Gente - Comunicação em Inclusão

Não há por que temer os novos feminismos, ainda que nos levem a descobertas corrosivas, estimulantes e pacificadoras - tudo ao mesmo tempo. “Se o direito de falar, de ter credibilidade, de ser ouvido/a é uma espécie de riqueza, essa riqueza agora vem sendo distribuída”, diz Rebecca Solnit, uma das principais figuras do feminismo contemporâneo, em seu livro. O que felizmente me estremeceu no livro é sua denúncia consistente sobre as formas de silenciamento feminino. Há muito mais a descobrir e conversar sobre parentalidade, assédio, felicidade, misoginia, violência contra a mulher e cultura do estupro. Mulheres de todas as idades estão sendo atingidas neste exato momento por homens de todas as idades e ou por outras mulheres de qualquer idade no propósito de serem aniquiladas em sua expressão. Todas as relações estão na mesa. O livro de Rebecca Solnit vai servir.

///Sinopse

A autora é hoje uma das principais pensadoras do feminismo contemporâneo. Autora do famoso ensaio que deu origem ao termo mansplaining, que veio revolucionar o vocabulário das discussões sobre gênero, sua obra é leitura obrigatória tanto para as pessoas mais experimentadas no tema quanto para aquelas que desejam se iniciar em um dos principais debates da sociedade atual. Em “A mãe de todas as perguntas”, Solnit parte das ideias centrais de maternidade e silenciamento feminino para tecer comentários indispensáveis sobre diferentes temas do feminismo: misoginia, violência contra a mulher, fragilidade masculina, o histórico recente de piadas sobre estupro e outros mais. Cristalinos e contundentes, seus ensaios devolvem ao tema toda a gravidade que ele merece, sem abrir mão da poesia e do humor característicos de sua escrita.

Autor: Rebecca Solnit
Editora: Companhia das Letras
Ano: 2017



CNseg *webinars*

INSCRIÇÕES ABERTAS!
**CNSEG WEBINARS:
PANDEMIA E O
MERCADO DE SEGUROS
NO MUNDO**

Na maior crise contemporânea da humanidade, a **Confederação Nacional das Seguradoras** está fazendo a sua parte para estimular o movimento 'Fique Em Casa' e levar muita informação relevante para você.

Participe dos nossos *webinars*.



eventos.cnseg.org.br

#JuntosPeloConhecimento

Novo coronavírus e solidariedade: a contribuição do mutualismo dos seguros

Os seguros, pela sua própria natureza, contribuem com as sociedades através de atividades de proteção de patrimônios e rendas. Isso tudo acompanhado de ações preventivas, de modo a reduzir a possibilidade da ocorrência de acontecimentos cobertos pelos seguros para reduzir os custos do sistema.

Mundialmente, são muitos milhões de cidadãos, famílias e empresas que buscam transferir seus riscos para uma mutualidade administrada pelas empresas seguradoras.

E a imensa maioria dessas pessoas e empresas seguradas nunca se viu, se encontrou, se relacionou, nas suas vidas. Estão juntas apenas pela solidariedade, pelo destino comum reunido pela beleza do mutualismo, a base fundamental dos seguros.

É esse espírito de solidariedade que a ameaça do novo coronavírus despertou. O duro distanciamento social encontra o seu contrário na emoção de comportamentos comuns para prevenir o contágio e salvar vidas.

E os seguros estarão sempre lado-a-lado com a sociedade. As seguradoras adotaram todas as providências para que, mesmo em contingência de preservação da saúde de seus colaboradores, possam continuar a prestar o melhor serviço possível aos seus clientes.

A CNseg continua trabalhando para apoiar a população segurada. E também aqueles todos que precisam de esclarecimentos sobre esse vírus que, com certeza, será vencido.



Acesse www.cnseg.org.br.
Estamos juntos no mesmo destino de solidariedade.